

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS / DEE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E
PRIVADOS DE LIBERDADE

Elisângela Fofonka Teixeira

Por que não na rua? Educação de rua: uma política urgente

Porto Alegre

2011

Elisângela Fofonka Teixeira

Por que não na rua? Educação de rua: uma política urgente

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização em Educação de Jovens e Adultos e
Privados de Liberdade – Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
Departamento de Estudos Especializados.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Lemos.

Porto Alegre

2011

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

Aos organizadores deste curso por terem oferecido a possibilidade de acesso à formação continuada na área da educação;

Aos colegas e professores da caminhada deste curso, por formar junto comigo um ambiente de grande troca de nossas experiências cotidianas de trabalho, que nem sempre a Universidade esteve aberta para escutar;

Aos colegas educadores sociais de rua que contribuíram com o meu estudo, agradeço pela disponibilidade, pelo respeito e pelo compromisso com que trabalham, principalmente quando se tratam dos educandos;

Aos colegas de equipe de trabalho que sempre estiveram muito abertos a conversar, trocar experiências e reafirmar todos os dias alguns valores da Educação Popular: acreditar nos educandos, no objetivo do nosso trabalho, no respeito, no diálogo aberto, sempre regado com amor e poesia;

E aos educandos com quem aprendo todos os dias, aqueles que nos mostram o que fazer nas situações difíceis, que nos ensinam que a força e a criatividade do ser humano é muito maior do que imaginamos quando a questão é a sobrevivência e que a resistência está sempre presente, manifestando-se de várias formas.

Obrigada a todos pela grande e única oportunidade de conhecê-los e tê-los comigo. Vocês são parte do meu trabalho!

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a prática da educação social de rua em Porto Alegre, destacando o processo educativo no trabalho do educador social de rua, bem como, de que forma a efetividade desse processo está relacionada ao reconhecimento desse trabalho pela Política da Educação. Este estudo surgiu da necessidade de compreender o papel da Educação Popular na luta pela garantia dos direitos da população em situação de rua, argumentando sobre a importância do seu reconhecimento pela Política da Educação. Para isso, busquei analisar a minha prática enquanto educadora social de rua e também a prática de outros educadores que atuam em Porto Alegre. Para analisar o universo de informações coletadas, busquei apoio teórico nos seguintes autores: Freire e Giroux, em relação à Educação enquanto prática para o processo de empoderamento e para a promoção do ser humano; Lemos e Graciani, apontando as questões mais específicas da Pedagogia social de rua bem como a revisão literária e documental sobre experiências anteriores de Educação Social de Rua e Oliveira no que diz respeito a este histórico. A partir dessas reflexões, fui reconhecer o processo educativo e pedagógico que há na Educação social de rua e a urgência do diálogo entre as Políticas da Assistência Social e Educação para que se potencialize o papel do educador social que atua nos programas de Educação Social de Rua. **Palavras-chave:** pedagogia social de rua; educador social; empoderamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 RESGATANDO A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA.....	13
3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA (ESR).....	16
3.1 A Educação Social de Rua (ESR) Em Porto Alegre	17
3.2 Lugar de onde falo.....	18
4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	20
4.1 Onde se encontra a ação educativa na prática cotidiana da pedagogia social de rua?.....	23
4.2 Respondendo à pergunta.....	29
4.2.1 A sensibilidade do educador social de rua.....	32
4.2.2 O olhar antropológico do educador: respeito pelas diferentes realidades.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	45
BIBLIOGRAFIAS E SITES CONSULTADoS:	47
ANEXOS	48

1 INTRODUÇÃO

A educação de rua, bem como, outras formas de educação ditas “não-formais” constam na Política da Assistência Social como um viés no atendimento a um recorte da população (atendida pela assistência).

Trabalhando hoje como educadora¹ - e é a partir desse lugar que me posiciono - tenho aprendido sobre educação de rua no dia-a-dia, pois pouco se falou em educação que não seja no espaço físico da escola, dentro da graduação.

Moacir Gadotti, no prefácio do livro *Pedagogia Social de Rua* (2005), nos diz que,

[...] a competência do educador social de rua nasce no mergulho nessa realidade nova. Ele aprende, por exemplo, que meninas se disfarçam de meninos, cortando o cabelo e colocando um boné na cabeça para não serem agredidas sexualmente. Aprende então a perversidade de uma sociedade de adultos que nega a elas o direito fundamental de ser mulher, de ter uma identidade feminina. (p.16).

Nesse sentido, entendo ser urgente que se legitime a educação para além da escola. É preciso abrir espaço para o outro, educar o nosso olhar, permitir que se crie, se pense e repense nossa profissão, formação, existência, já que a educação acontece não só na escola formal. A educação social de rua envolve educar não só as crianças e adolescentes, mas também as famílias, os outros serviços da rede: polícia, ministério público, escolas etc. Envolve ainda educar o comerciante que chama o educador de rua para “dar um jeito” naquele menino que está na porta do seu estabelecimento em mendicância, enfim, educar a sociedade que precisa reconhecer essa outra realidade resultada do sistema capitalista e não como pessoas “acomodadas”, que pouco ou nada se esforçam para sair de tal situação.

O cotidiano do educador social de rua é desenvolver uma ação pedagógica com todos os acima citados, através das aproximações e diálogos, promovendo ações comunitárias, ou seja, encontros com atividades de sensibilização, reflexão e trocas de

¹ Educadora Social de Rua do Programa Ação Rua, Programa da Fundação de Assistência Social de Porto Alegre, mas que nesta região é conveniada com uma ONG que traz em sua Proposta Pedagógica a Educação Popular.

informação junto às famílias, comunidades e serviços que compõem a rede de atendimento.

Dessa forma, qual a responsabilidade do Estado com a educação dessa população? Uma demanda que, de certa forma, sem estar sendo vista pela política da educação, acaba como se fosse invisível, como se não precisasse de educação (afinal de contas é de rua).

Quando questiono o não reconhecimento da educação social de rua, falo de um processo onde existem profissionais da educação trabalhando com objetivos propostos a partir da realidade que atuam e observam. Estes trabalham com uma metodologia que se constrói a partir de reflexões sobre a prática e com bases teóricas ainda pouco aprofundadas na definição dos limites entre o que é “educação” e o que é “assistência”, mas que vem sendo contratados para exercer a profissão de educador. Penso que, na maioria das vezes, esses profissionais querem estar desempenhando a profissão de educador por acreditarem que a justiça social também se faz através da troca de experiências, de saberes, daquela educação que acontece pegando na mão, olhando no olho, com o comum objetivo (educador/educando) de mobilizar, organizar a luta por interesses reais dos sujeitos que estão em situação de rua.

O educador social está questionando, por exemplo, por que em nenhum momento os “usuários da assistência” não estão participando das reuniões que discutem a implantação desta ou daquela política, deste ou daquele modelo de serviço (faço referência a isso no anexo E, diário 5), já que tanto nos materiais escritos quanto nos discursos dos profissionais da Política da Assistência eles aparecem como sujeitos que devem ser instigados a serem protagonistas na rede de atendimento. Afinal, os serviços sócio-assistenciais existem por quê? Para quem? E para que?

Graciani (1993), afirma que os modos, jeitos, alternativas, improvisos que a população de rua busca para atender necessidades vitais, são também modelos de organização popular. Essa sobrevivência coloca em evidência uma outra urgência não menos necessária: a necessidade deles se organizarem.

Penso que são justamente as pessoas que se encontram em situação de rua que geram os movimentos, as ações, que levam o Poder Público a organizar, articular os programas/serviços que atendem essa parte da população. Contudo, acredito que

todos esses fluxos devem partir dos sujeitos os quais acessam esses programas/serviços. Para isso, precisam se organizar, e a educação popular tem papel fundamental neste processo de *empoderamento* (GIROUX,1990).

O sistema educacional precisa dar visibilidade à população em situação de rua, enquanto sujeitos de direito à educação, dando voz a sua história de resistência e luta pela sobrevivência e também ao trabalho de educação que já vem sendo realizado em muitas cidades brasileiras.

A temática deste trabalho é o reconhecimento da educação de rua pelo sistema educacional brasileiro e tem como objetivo analisar a prática da educação social de rua em Porto Alegre, destacando o processo educativo no trabalho do educador social de rua, bem como, de que forma a efetividade desse processo está relacionada ao reconhecimento desse trabalho pela Política da Educação. Outro objetivo envolve compreender o papel da Educação Popular na luta pela garantia dos direitos da população em situação de rua, argumentando sobre a importância do seu reconhecimento pela Política da Educação.

Para fundamentar a análise sobre a prática da educação social de rua, busquei aporte na educação popular, que tem também como base, o empoderamento e a promoção do ser humano - que se encontra em situação de exclusão e que não tem o seu saber reconhecido - trabalhando no resgate de saberes não-valorizados e não-legitimados pelo sistema capitalista, através da busca das histórias de vida, do seu reconhecimento enquanto sujeito histórico de direitos. A base destes pressupostos busquei em autores da Educação Popular e outros que atuam com esta temática mais específica da rua, como Maria Stela Graciani, Miriam Lemos, Walter Ferreira de Oliveira, entre outros.

A presente pesquisa é fruto de muitas reflexões sobre o fazer do educador social de rua, entre elas, a de qual o seu papel e como o trabalho educativo acontece durante esse fazer. Não são reflexões somente minhas, mas de colegas educadores que atuam diretamente na rua em diferentes regiões de Porto Alegre e que também repensam o processo educativo no trabalho do educador social de rua para além da Política da Assistência.

O campo de pesquisa está situado no Programa Ação Rua em Porto Alegre². Sendo que optei pela pesquisa de tipo etnográfica, com a difícil perspectiva do distanciamento por ainda estar atuando no campo. Para tanto, fui rigorosa em me posicionar sob um novo olhar, o de educadora\pesquisadora, nos meus registros em diários de campo, nas entrevistas e relatos para captar os sentidos de outros educadores, além da análise documental.

Para um curto período de tempo exigido para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, não foi possível analisar com profundidade cada programa e serviço que compõe este período da história da Educação Social de Rua em Porto Alegre, o que aponta para a necessidade de continuidade desta pesquisa.

A seguir, relato como se deu o processo de pesquisa na busca por resgatar esta outra forma de educação: a prática dos educadores sociais de rua e o papel da Educação Popular nesta prática.

² Serviço que atende crianças e adolescentes em situação de rua em todas as regiões da cidade. Mais adiante, este texto irá abordar sobre a forma de como acontece esse atendimento.

2 RESGATANDO A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Acredito que para pensar a prática da educação social de rua em Porto Alegre, na busca de reconhecer como acontece o processo educativo, será preciso analisar minha experiência de educadora, tanto na intervenção direta com o educando em situação de rua, quanto nos diferentes espaços de discussão sobre o assunto (articulações comunitárias e espaços de encontro da rede de serviços de proteção, por exemplo).

Vivendo a situação de estar em campo, não somente enquanto pesquisadora, mas também como sujeito a ser pesquisado, sinto-me em alguns momentos como num emaranhado em que procuro compreender como se forma e para que direção devo seguir.

Neste caso, optei por fazer uma pesquisa de tipo etnográfica, já que a mesma parte sempre da interação entre o pesquisador e objeto a ser investigado, ou seja, a relação entre pesquisador/educador e seu cotidiano de educador de rua.

Parece difícil o processo de distanciamento para melhor enxergar o contexto, a atuação de meu trabalho e a mim mesma. Por isso a importância de, na intenção de compreender tudo isso, descrever as ações do dia-a-dia em um diário de campo. Esse exercício ajuda no distanciamento, na organização mental do que foi feito para que se possa então, olhar e ouvir, observar, sobretudo minha própria prática.

Roberto Cardoso de Oliveira, traz em *O trabalho do Antropólogo, o olhar, o ouvir e o escrever* como atos cognitivos que se constituem enquanto etapas de constituição do conhecimento pela pesquisa empírica. Embora essas etapas nos pareçam familiares, podem ser questionadas em si mesmas, o quão domesticados estão esses atos cognitivos do pesquisador.

O autor acima citado ainda nos diz que

[...] se tomarmos ainda Geertz por referência, vemos que na maneira pelo qual ele encaminha suas reflexões, é o escrever “estando aqui”, portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva. Por quê? Devido ao fato de iniciarmos propriamente no gabinete o processo de textualização dos fenômenos sócio-culturais observados – vistos e ouvidos – para o plano do discurso, não deixam de ser muito particulares e exercem, por

sua vez, um papel definitivo no processo de conhecimento propriamente dito.
(OLIVEIRA R.,1998, p.25)

E ainda que,

[...] os dados contidos nos diários e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever. (idem, p.34)

Refletir sobre esses diários de campo, foi um ato que de certa forma me fez reviver mentalmente toda aquela vivência passada, e que talvez só nesse momento é que consegui ver e ouvir aspectos daquilo que foi vivido no dia descrito em meu diário de campo. Assim, suponho que, na medida em que fui construindo o presente texto, refleti questionando as hipóteses iniciais, o que veio a somar e enriquecer minha prática de educadora social de rua.

Foi necessário também analisar a prática de outros educadores do referido programa, fazendo a escuta dos mesmos, através de conversas, relatos escritos e/ou entrevistas.

Utilizei como técnicas de pesquisa: a análise documental de Decretos, Projetos de Lei, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, projetos de educação social de rua em Porto Alegre, assim como outras informações no site do Ministério da Educação; observação participante e o resgate da prática dos educadores sociais de rua, através de meus registros de diários de campo, complementados com relatos de educadores mais antigos e entrevistas abertas realizadas também com educadores sociais de rua. As entrevistas abordaram basicamente as seguintes questões:

- O que há de educativo, o que se reconhece como educação na tua/nossa prática e o que reconhece como não educativo?
- Em que situações foi possível perceber o empoderamento dos sujeitos que vem acompanhando?

Foram realizadas seis entrevistas, sendo que uma dessas, respondida via correspondência eletrônica. Dentre as entrevistas e relatos recolhidos, foram no total cinco educadores de quatro diferentes instituições, porém que fazem parte do mesmo

Programa; e uma coordenadora de equipe de Educação Social de Rua, que atuou no período de 1993 a 1998. Destaco que, por questões éticas, os nomes dos educadores quando utilizados no corpo do texto são fictícios³.

Esse movimento de provocar nos colegas a reflexão sobre o próprio fazer, apesar da dificuldade quanto à disponibilidade de tempo de cada um para uma conversa sobre trabalho, fora do horário de expediente foi interessante. Foi visível a vontade manifestada em querer contribuir nesta discussão, em falar sobre o assunto e, ao longo da pesquisa veremos o quanto esses educadores reconhecem o potencial desse trabalho para desenvolver uma ação educativa para além da escola, com a população em situação de rua.

Para contextualizar a temática da educação social de rua e sua pedagogia, descrevo no capítulo abaixo, em poucas linhas, um pouco da história dessa recente prática de educação. Sua origem e percurso até chegar no trabalho que continuamos construindo hoje em Porto Alegre.

³ Exceto a coordenadora que consentiu o uso do seu nome neste trabalho.

3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA (ESR)

Sobre a história da Educação Social de Rua, Walter Ferreira de Oliveira (2004), traz o registro de seu início no final da década de 70, quando alguns jovens ligados à Pastoral do Menor começaram a organizar um trabalho de abordagem orientado pela Pedagogia de Paulo Freire e pela Teologia da Libertação. Trabalhavam nas ruas e praças do centro de São Paulo. Esse grupo de agentes intitularam-se educadores sociais de rua.

Esses educadores junto a outros, que na mesma época desenvolviam experiências alternativas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua articularam-se com outros profissionais ligados aos direitos da criança e do adolescente e deram origem em 1985 ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), um movimento social civil que passa a discutir uma nova concepção de agir com os sujeitos em situação de rua, defendendo a idéia básica de que são sujeitos de direitos.

A partir dessa concepção, o MNMMR, hoje estruturado em muitos estados brasileiros, objetiva organizar os meninos e meninas para lutarem pelos seus direitos participando das discussões que envolvem suas vidas.

Ainda sobre a Pedagogia da Educação Social de Rua, Oliveira refere que

Ela foi construída arduamente, no contexto de uma práxis que atravessou importantes ciclos políticos da história do Brasil, desde sua gestação no período do “milagre brasileiro”, sua implantação, entre o final da década de 70 e a queda da ditadura, seu engajamento direto na luta pelos direitos constitucionais, em que foi preponderante na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990... A Educação Social de Rua, nessa trajetória, afirmou-se como um movimento profissional de transformação comparável aos grandes e marcantes movimentos pedagógicos progressistas do Ocidente moderno. (OLIVEIRA W., p.21)

A partir da metade da década de 90, com a transição para o neoliberalismo, houve um retraimento dos movimentos sociais no geral, bem como, do movimento da ESR. Os representantes dos direitos da criança e do adolescente passaram a ir em

busca de espaços políticos mais centrais em detrimento do trabalho na ponta, na rua. Assim, a ESR passou por um período de dormência enquanto programa social pedagógico e como movimento de base. Perdeu-se também algumas características fundamentais como campo de saber em desenvolvimento. Estagnaram-se espaços de formação, assim como, a produção de material educativo, tanto os voltados para a prática com as crianças e adolescentes como os voltados para o avanço da formação dos educadores. Com toda essa conseqüência a ESR se apresentava ainda como uma forma de resistência.

3.1 A Educação Social de Rua (ESR) Em Porto Alegre

A educação social de rua em Porto Alegre tem se estabelecido sempre como um programa de governo. Construído, como tantos outros programas, a partir da necessidade do Estado em dar uma resposta aos movimentos sociais e às organizações não-governamentais que questionam a situação de rua e a violação de direitos vivenciada por milhares de pessoas (crianças, adolescentes, adultos). Ao mesmo tempo, o Estado necessita responder também à pressão exercida pelo sistema capitalista que tensiona as ações do governo frente à mendicância existente diante dos estabelecimentos comerciais, por exemplo.

Segundo Reis⁴,

Com o ECA em vigor, iniciou-se um processo de reordenamento institucional, nas três esferas (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, Porto Alegre saiu na frente e foi a primeira capital a implantar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares (REIS, 2000, p. 03).

⁴ No Anexo A está o relato de Maria Lucia Andrade Reis, coordenadora da ESR no período de 1993 a 1998 que discorre sobre esse momento específico.

Assim, em 1993 o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) construiu um documento que analisava a infância e juventude na cidade, incluindo a situação de rua. Tal documento trouxe à tona a temática, o que desencadeou algumas ações do governo municipal. Nesse momento, surgiu a Rede de Atenção à criança e ao adolescente a fim de garantir o atendimento aos direitos básicos nas políticas públicas. Dessa forma, os serviços de atendimento à criança e ao adolescente e suas famílias iniciaram na cidade bem como a temática veio à discussão.

Quanto às crianças e aos adolescentes em situação de rua, existe, desde 1994, um acompanhamento sistemático, que tem o “[...] objetivo de criar vínculos com as crianças e adolescentes, na perspectiva da construção de espaços de sobrevivência alternativos à rua”. (REIS, 2000, p.04).

Desde então, a cidade conta com uma rede que, apesar de ainda frágil, vem ganhando força no enfrentamento à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes. Temos como principal rede de referência a jovens e crianças em situação de rua, o Fórum Institucional sobre a Rua (Inter Rua), que é uma rede composta por serviços governamentais e não-governamentais. O programa no qual atuo é o que se chama de “porta de entrada” para esta rede, ao que descrevo a seguir.

3.2 Lugar de onde falo

O Ação Rua⁵ é um Programa da Fundação de Assistência Social do município de Porto Alegre, onde para cada micro-região da cidade existe um núcleo composto por quatro educadores sociais de rua, não necessariamente com algum curso superior; dois técnicos sociais, preferencialmente, um da área da psicologia e outro da assistência social, e uma coordenação. São 14 núcleos existentes na cidade, sendo apenas um deles próprio da prefeitura, ou seja, com profissionais concursados. Os outros 13 núcleos são conveniados a instituições não governamentais.

Na região na qual eu trabalho, o núcleo é conveniado a uma Fundação que já vinha realizando um trabalho na comunidade com educação não-formal (atendimento

⁵ Este serviço tem como objetivo propor alternativas à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes através de abordagens e acompanhamentos individual e familiar, ampliando e articulando os serviços da rede já existente visando a garantia de direitos e inclusão social.

sócio-educativo nos moldes de um SCFV⁶, antigo Serviço de Apoio Sócio-educativo, porém ainda não conveniado com a prefeitura) e também com educação popular de rua em outra região da cidade.

Quem nos contrata é esta Fundação, que não só executa, mas também interfere na prática pedagógica do trabalho. A FASC⁷ define a carga horária, os plantões (feriados e finais de semana intercalados entre todos os núcleos), supervisiona a prestação de contas (gastos com pessoal e material de trabalho), participa nos processos de seleção. Tanto a Fundação quanto a FASC realizam formações e avaliações de equipe.

A Fundação concebe a Educação Popular como uma proposta pedagógica e política de transformação. Portanto, este núcleo do Programa Ação Rua consiste na união de dois olhares: o olhar da Política de Assistência Social e da Educação Popular, para melhor enfrentar a situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes violados de seus direitos básicos como educação, moradia, alimentação, saúde, infância.

Mas, assim como esta Fundação, outras organizações não governamentais tem outras propostas, outras concepções, outros olhares que interferem na manutenção, no planejamento e na execução dos serviços prestados. Isso pode se tornar um risco, já que pode não garantir o objetivo de uma educação que mobilize os sujeitos em situação de rua para a autonomia, que não provoque a reflexão de que são sim sujeitos ativos na sua história individual e coletiva, nas relações sociais que estabelecem. Processos que acredito serem fundamentais para o desenvolvimento e a formação de todos e quaisquer sujeitos.

No próximo capítulo, seguirei escrevendo sobre minha concepção do que é Educação acompanhada de alguns questionamentos: Será que, indiferente da instituição que convenia os serviços de educação de rua, a preocupação com a concepção pedagógica do trabalho está presente? Será que a política da Educação, assim como o senso comum, vê a população de rua como uma “responsabilidade” somente da Assistência?

⁶ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

⁷ Fundação de Assistência Social e Cidadania.

4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

De forma simples e clara, trago meu entendimento sobre o significado da palavra educação. Educação é encontro, onde diferentes pessoas, numa relação de horizontalidade aprendem com o que já viveram, com o que vivem dia após dia, com o que aprendem e ensinam umas com as outras. Horizontalidade no sentido de troca, onde o educador não só está para ensinar, mas também para aprender, pois é importante destacar que o educador estando consciente do seu papel, sempre se aproxima do educando com uma proposta, com um objetivo. A proposição é inerente ao seu exercício e é o que o diferencia do educando na relação.

Educação é desenvolvimento dos sujeitos, é transformação de si mesmo e da realidade. Entendo o processo educativo, também e, essencialmente, como aquele que permite aos sujeitos carregados de historicidade e singularidade, se apropriar do conhecimento construído historicamente pela humanidade, inclusive, das relações de poder implicados nessa produção de conhecimento.

Posta um pouco de minha nada definitiva concepção sobre educação, lembro ainda de Freire ao afirmar que,

[...] a educação como prática política da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim, como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2005, p.81)

Sendo a educação um ato de conhecer e, por isso, um ato político, ela é um instrumento que, assim como se pode conhecer em favor de uma lógica, de uma classe, pode também conhecer e pensar outras, ou ainda resistir à lógica na qual estamos inseridos e que gera tantas barbáries. A educação pode se dar, justamente neste ponto: de buscar compreender o que geram essas barbáries. Por exemplo, pensar sobre a responsabilidade de uma criança estar em situação de mendicância nas ruas. De quem é essa responsabilidade? É só da família? Será que se essa família tivesse oportunidade de onde trabalhar, de promover o seu próprio sustento, essa criança estaria pedindo esmolas?

Segundo Sposito (2003), a educação passou a ser observada através do olhar sociológico, não sendo considerada como sociologia da educação, mas como a sociedade se mantém a partir dos efeitos sociais da escola. Ou seja, acabou delimitando o espaço escolar como um espaço que reproduz a estrutura das relações simbólicas, reprodução cultural, social. Acredito que a partir dessa consideração a escola foi se tornando o espaço legítimo para essa troca ensino-aprendizagem.

A educação sendo um instrumento de manutenção do sistema, explica a falta de vontade política para com a educação de adultos, como sabemos que historicamente acontece. Afinal já são adultos, já encontraram algum lugar na sociedade, seja qual for este lugar. Da mesma forma, ocorre com a educação social de rua, pois a população em situação de rua será somente mantida no lugar onde se encontra. A responsabilidade desses é repassada ao terceiro setor que, além de ganharem isenções de impostos, ganham “status”, pois são vistos como comprometidas com a sociedade por estarem cedendo um favor às classes desfavorecidas. Eis aqui, mais uma forma de estar servindo e perpetuando a divisão de classes.

Essa última modalidade de educação ainda não foi reconhecida pela Política da Educação, mas já existe a partir de uma Pedagogia Social de Rua desenvolvida por educadores sociais de rua, uma pedagogia especial onde sua concepção educativa, suas metodologias e práticas poderão contribuir bastante na prática escolar.

A experiência vivida pelos Educadores Sociais de Rua aponta para a necessidade de se recriarem espaços alternativos de educação que atendam às necessidades básicas de quem rompeu com a escola pública tradicional, tentando modificar esse quadro e alavancá-los da rua, para reintegrá-los ao sistema educacional, pois “lugar de criança é na Escola”. No entanto, sabemos que a escola precisa mudar para absorver essa infância e adolescência, não só reorientando o seu currículo e suas práticas, mas também seu processo de gestão e formação permanente de educadores. (GRACIANI, 2005, p. 287)

Quando a autora diz que “lugar de criança é na Escola”, entendo que a escola é um direito sim da criança, assim como o direito à convivência familiar e comunitária, à saúde, à cultura, ao lazer. Direitos estes descritos na nossa Constituição Federal de 1988. Porém, lembro que ao “tirarmos” de uma criança a sua atividade de “trabalho”,

emprego mesmo que informal e precário, de exploração infanto-juvenil, e digo “tirarmos” porque além da ameaça de as famílias perderem seus benefícios concedidos pela política de distribuição de renda, o maior argumento é a frase: “Lugar de criança é na escola”. Só que, na maioria das vezes, a escola não tem dado conta das crianças, adolescentes e suas diversas realidades, especialmente dessas que não tem acesso a bens culturais e materiais.

Muitas vezes, essas crianças e adolescentes, deixam seus “trabalhos”, não permanecem na escola e acabam voltando para a situação de rua (sobrevivência e/ou moradia) e para outras oportunidades que a rua oferece: drogas, trabalho no tráfico, furtos etc. O que colocamos no lugar do “trabalho” exercido por esses sujeitos? Uma bolsa auxílio que não contempla nem metade das necessidades da família? Um modelo de escola excludente? Uma escola que por ser pouco flexível, rígida nos horários e rotina faz com que o educando-trabalhador dificilmente permaneça nela?

Certamente este lugar não ficará vazio por muito tempo, pois enquanto sujeitos em constante movimento como todos somos, estamos sempre procurando meios para atender nossas necessidades mais imediatas para cada momento em que se vive.

Apesar de a escola estar aberta a todos, ela nega em sua prática educativa a condição do educando-trabalhador, do educando em situação de rua. É papel da Educação Social de Rua dialogar também com a escola, trocar olhares e experiências, o que é mais um grande motivo para o urgente reconhecimento da especificidade desta educação.

Embora existam tantas outras formas de educação para além da escolar, destaco esta na qual estou mais próxima neste momento, por nela estar trabalhando, a Pedagogia Social de Rua, que trabalha com crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e toda sua especificidade. Esta é uma prática pedagógica que não deve servir apenas para “apagar incêndios” (mesmo sendo também muitas vezes necessário), e nem ser concebida como uma “redução de danos⁸”, sem refletir a vida, as realidades com seus pontos de tensão e possíveis soluções.

⁸ Conceito da Saúde Pública, que trabalha com a prevenção ou redução das conseqüências negativas associadas a um determinado comportamento.

Sendo assim, busquei, através das análises desta pesquisa, situar onde se encontra a ação educativa nas nossas práticas cotidianas, enquanto educadores sociais de rua.

4.1 Onde se encontra a ação educativa na prática cotidiana da pedagogia social de rua?

Ser educador neste trabalho, neste momento, em que o Programa vem se reestruturando é observar e entender o contexto social e político; é acompanhar os debates e participar da construção desse trabalho que é tão dinâmico quanto o espaço em que atua, a rua. É também planejar o como, é a prática diretamente com as crianças, adolescentes e seus familiares, com o bairro, com a cidade.

O trabalho do educador de rua, no Programa Ação Rua tem como metodologia algumas ações, onde não necessariamente aconteçam numa ordem, mas também simultaneamente ou em diferentes ordens. Não seguindo uma metodologia passo-a-passo, estanque. As referências para esta construção metodológica estão contidas em experiências anteriores de sistematização sobre educação de rua (CARVALHO⁹, 1992 GRACIANI, 2005; LEMOS, 2002, 2006).

Para analisar as ações educativas dentro do trabalho de rua, acredito ser relevante descrever as ações primordiais desenvolvidas pelo educador nesse Programa, incluindo algumas dos relatos extraídos dos diários de campo e das entrevistas:

Observações: observar é inserir-se no contexto, prestar atenção na dinâmica do local ocupado pelas crianças e adolescentes. É perceber os elementos que compõe aquele espaço: quem ocupa, quais diferentes sujeitos que ocupam, por que ocupam, o que fazem enquanto ocupam. É entender o contexto, assim como, tentamos entender o contexto de uma sala de aula nos primeiros contatos com uma turma de alunos, o que difere é o espaço e tudo o que ele proporciona.

⁹ CARVALHO, Marco Antonio Cândido de. Transcrição da palestra proferida em 05/12/1992, no curso "Meninos e Meninas de Rua" do Seminário Internacional de Aprendizagem.

Muitas vezes, ao compor esse espaço a ser observado, o educador/observador é notado e logo é abordado por quem utiliza esse espaço. Nesse caso, já acontece uma primeira abordagem;

Abordagens: Apesar de não concordar com o termo¹⁰, denominamos “abordagem” como sendo os primeiros contatos com a criança e/ou adolescente. O objetivo inicial é uma primeira escuta, é o acolhimento do sujeito buscando já estabelecer vínculo. Talvez seja a parte mais importante e estratégica do processo de acompanhamento, de estabelecer vínculo, pois poderá ou não contribuir para uma futura construção de um novo projeto de vida. A abordagem nos possibilita conhecer a história de vida do sujeito a partir da sua percepção. O que pensa sobre sua própria vida.

A função primordial do educador social de rua é se aproximar de crianças e adolescentes em situação de risco social para uma primeira conversa. Este conversar, diz respeito a ouvir, mais que falar. Muitos autores ligados a Educação Popular tratam da importância do vínculo como um primeiro passo de qualquer processo educativo (GRACIANI, 2005; CARVALHO, 1992 LEMOS, 2002). O vínculo é indispensável - não vejo outra maneira de aproximação a essas crianças e adolescentes que não seja pelo diálogo - e não podemos crer na educação sem proximidade, cuidado, conversa. É nessa interação com o outro que vamos podendo nos reconhecer, reconhecer o outro, percebendo nossas limitações, bem como, nossas possibilidades. É durante esse movimento que temos a chance de estimular a autonomia dos nossos “educandos em situação de rua”, através do diálogo, potencializando os seus saberes (estratégias de sobrevivência, o próprio saber escolar, trabalho que realizam) questionando, refletindo juntos sobre o que aparentemente está posto.

A abordagem exige do educador ter a sensibilidade de sabendo o que quer, perceber as possibilidades existentes nesse momento pontual. Até onde pode ir, sem extrapolar:

¹⁰ O termo abordagem tem sido muito discutido entre os educadores sociais de rua e outros profissionais que trabalham com a situação de rua, pois está associado mais a abordagem policial, algo que prevê uma relação vertical, opressora. Assim, traduzimos essa expressão como uma aproximação, contato com os sujeitos com os quais trabalhamos. No entanto, esse termo ainda é usado nos serviços da Assistência Social.

Nossa equipe havia preparado um café e algumas atividades com jogos para o menino enquanto conversavam com ele sem muitas perguntas, já que acreditávamos que perguntas talvez só afastassem o menino de nós. (Anexo E, diário 3)

O trecho citado acima traz uma experiência de abordagem onde, no estranhamento de saber que um menino já conhecido pela equipe estaria passando pela vivência de também dormir na rua, tínhamos a vontade de perguntar e perguntar: por que, o que aconteceu? Mas a prática já havia nos ensinado o quanto muitas perguntas podem afastar o sujeito de nós.

Dependendo do caso, da situação, numa primeira abordagem pode-se propor um encaminhamento. Como, por exemplo, no diário 7, no qual descrevo uma abordagem solicitada para um adolescente em situação de mendicância. Visivelmente percebido e manifestado pelo adolescente, o mesmo encontrava-se em situação de rua moradia:

Durante a conversa ele ficou todo o tempo contando moedas, nos falou onde morava antes, onde morava a irmã, que nunca foi à escola, que não usava nada (drogas), contou como se virava na rua, que dormia num canto num posto de gasolina próximo ao aeroporto e que às vezes até trabalhava no posto passando pretinho nos pneus dos carros e tirava um dinheiro, além de pedir. (Anexo E, diário 7)

Nesse caso, durante a primeira abordagem já informamos sobre os serviços oferecidos pela rede de atendimento que acolhem adolescentes, na intenção de acompanhá-lo aos atendimentos:

Nos oferecemos para acompanhá-lo até alguns serviços que acolhem crianças e adolescentes em situação de rua, o menino já conhecia e já tinha passado por todos esses serviços e não quis ir a nenhum dos espaços que falamos. Logo o mesmo nos disse que nunca diz o seu nome verdadeiro e que não adiantaria a gente ficar ali com ele, pois ali ele iria continuar. (Anexo E, diário 7)

Essas situações não são comuns na especificidade de nosso território, onde são raros os casos de rua moradia. Nos casos de rua sobrevivência, as abordagens se

sucedem ao longo do acompanhamento planejado com a família. Essas abordagens, também são chamadas por nós educadores, de acompanhamento do sujeito, pois na maioria das vezes, nos deslocamos até o local onde costumam ficar a criança e/ou adolescente para abordá-los, para conversar na intenção de intervir em determinadas situações através da provocação do diálogo.

Percebo no trabalho do educador peculiaridades. O educador de rua vive também a dinâmica da rua, por isso, talvez a forma de trabalhar é mais maleável do que a de um educador de escola. A rua como espaço de trabalho, proporciona e exige a recriação, a flexibilidade e até o imprevisto, sem perder de vista o que se quer com o sujeito a ser abordado.

Acompanhamentos: Entendemos como acompanhamento, todo o processo de construção da autonomia, da cidadania e da busca pela garantia de direitos junto aos sujeitos atendidos pela política da Assistência. Especificamente, no trabalho do educador social de rua, é literalmente acompanhar o sujeito aos serviços para qual foi encaminhado a partir das suas necessidades: confecção de documentos, combinar a ida e acompanhamento até algum serviço de saúde, de moradia, de justiça, de educação etc.

Envolve dialogar com esses serviços que atendem à família da criança e/ou do adolescente. O diálogo entre os serviços para estudar o caso e os possíveis encaminhamentos, acabam complementando a história que conhecemos do sujeito, trazendo a história institucional, o que qualifica o trabalho dos serviços.

O acompanhamento do “usuário” a outros serviços é também como nas abordagens, um espaço para que ocorra o diálogo. Brechas para intervir no sentido de fortalecê-los na busca de garantir os seus direitos e também para a construção de seus desejos.

No diário 8 (Anexo E), relato um acompanhamento onde no caminho até um serviço de atendimento, foi possível conversar com uma mãe sobre o direito à saúde, o direito enquanto conquista, o quanto temos que brigar muitas vezes pra garantir nossos direitos. Toda esta conversa ocorreu para intervir no sentido da não desistência do tratamento de saúde:

Essa mãe é soro positivo e nunca dá continuidade ao tratamento. Da última vez que retomou, o médico teria implorado para que ela não mais parasse, pois não entendia como ela estaria se mantendo “bem”. Depois disso, Nara¹¹ continua sem fazer o tratamento porque o medicamento requer refrigeração e a família não possui geladeira. Informamos que ela poderia deixar o medicamento aos cuidados do posto de saúde mais próximo da sua casa e ir tomar todos os dias. Nara disse que já sabia, mas que o pessoal do posto atende super mal os usuários e ela não se vê tendo que ir lá todos os dias pedir. (Anexo E, diário 8)

Neste caso, tivemos posteriormente, um retorno positivo por parte dessa mãe, que retomou o seu tratamento. Retornos positivos nem sempre acontecem, porém atribuímos os pequenos/grandes sucessos como este relatado no diário, ao vínculo de confiança estabelecido entre educador e sujeito, o que viabilizou o pensar junto, o conversar, o intervir.

Visitas domiciliares: A visita domiciliar objetiva gerar um saber sobre o cotidiano. É uma ação investigativa e de atendimento aos sujeitos dentro do seu próprio meio social/familiar. A visita domiciliar pode fomentar a confiança, o fortalecimento de vínculos na relação, como também pode comprometer o vínculo, caso não haja respeito por parte do profissional. É um instrumento que nos aproxima da realidade dos sujeitos, portanto, nos ajuda a compreender, por exemplo, as dificuldades enfrentadas ao cumprir os combinados anteriores ou futuros com o serviço de atendimento, isto é, a observação do espaço físico e das relações que ali se estabelecem. É importante aos profissionais que atendem a família, sejam psicólogos, assistentes sociais ou educadores, pois nos oferece condições de intervir sobre as formas de planejar as ações com o sujeito;

Estudos de casos: Momento em que a equipe se reúne para montar/remontar, compreender as histórias de vida individual, familiar, institucional, a partir de todas as ações acima descritas e já realizadas. É quando a partir dos dados recolhidos e qualificados, os diferentes olhares que compõe a equipe do serviço, e geralmente há diversidade de olhares dentro de uma equipe (psicologia, assistência, educação popular), estudam possibilidades que venham ao encontro das necessidades e desejos

¹¹ Os nomes que aparecem nos diários de campo são todos fictícios.

daquele sujeito e, quando tomamos conhecimento da composição familiar e comunitária dos mesmos; Conforme disse a educadora Rita, o posicionamento de cada profissional, a análise crítica das políticas, dos casos e suas relações tornam as reuniões de estudos de casos momentos construtivos em equipe.

Representação e participação em reuniões e espaços comunitários: O papel do educador que representa a comunidade em que atua é discutir e denunciar junto às comunidades, as cenas de negligência, de abandono, a falta de infra-estrutura, saúde, educação, renda. Sendo que, muitas vezes, estas coisas não são vistas ou consideradas pelas Políticas. Cabe também ao educador tensionar para que as políticas se responsabilizem por suas falhas e ser propositivo. Esses espaços, como trouxe o educador Éder, são espaços educativos, onde há escuta, intervenção, troca entre os sujeitos que atuam na comunidade. Um exemplo¹² trazido por este educador mostra o exercício de reflexão a partir de uma experiência negativa da população com o serviço de saúde local, mas que resultou na mobilização (seminário) da rede de serviços local que atende a infância e a juventude para pensarem as suas falhas juntamente com seus protagonistas (crianças e adolescentes).

Capacitação e formação: Os momentos de capacitação e formação são momentos privilegiados para que ocorra a práxis, ou seja, para além de experimentar novas concepções através de leituras, sugeridas muitas vezes pela própria equipe, ou da escuta de algum outro profissional, podemos também refletir e produzir conhecimento sobre a prática que vem sendo realizada. Além disso, existem alguns momentos para o cuidado dos próprios profissionais, onde procuramos vivenciar com os colegas de equipe, atividades fora da rotina e do ambiente de trabalho, como, por exemplo: fazer um passeio ou mesmo preparar um alimento no coletivo, refletir sobre um poema ou sobre uma letra de música, buscando conhecer o colega, além do profissional.

Esses momentos nos fortalecem enquanto equipe, pois permite que possamos nos conhecer mais, e por consequência, ter uma melhor compreensão dos nossos posicionamentos dentro do ambiente de trabalho.

¹² Ver Anexo B, entrevista com educador Éder.

4.2 Respondendo à pergunta...

Empoderamento no acompanhamento
 Sujeito em movimento
 Seu próprio reconhecimento
 Interação e mútuo crescimento

Cuidando o SER
 Muitas vezes fragilizados
 Tanto não recebidos
 Nos serviços quando acessados

Acompanhante e acompanhado
 Em plena discussão (para empoderar o acompanhado)
 Na tomada de decisão.

(Jagiro)¹³

Todas as ações desenvolvidas têm um cunho pedagógico, pois pressupõe objetivos, princípios, metodologia. Porém, lembrando do dia-a-dia do trabalho, dos rostos de cada criança, adolescente e/ou familiares, lendo os diários de campo, é possível enxergar que construir um processo de educação com o objetivo amplo de “empoderamento do sujeito”, construção de projetos de vida para além do que está sendo, é muito difícil, pois os encontros que temos com nossos educandos são muito pontuais. Muitas vezes passam-se dias e dias, até mesmo mais do que um mês até que nos encontremos novamente. Como vimos em reunião com outros educadores sociais de rua,

[...] um trabalho de transformação prevê um espaço maior de vínculo e diálogo tanto com as crianças e adultos que trabalhamos diretamente, quanto com as pessoas que nos solicitam as abordagens ou que se aproximam para saber sobre o nosso trabalho. (Anexo E, diário 6).

A poesia escrita pelo educador nos incita a pensar o empoderamento no sentido de que os sujeitos se reconheçam como cidadãos que tem direitos e que a partir desse

¹³ Poesia criada por um dos educadores que concedeu seu relato ao falar sobre a questão do empoderamento dos sujeitos que acompanha.

reconhecimento tomem posse deles, ou seja, passem a cobrá-los quando estes lhes são negados.

Durante a análise, vou buscando identificar as possibilidades de junto com o sujeito em que acompanhamos no nosso trabalho, atingir esse empoderamento, como um objetivo mesmo da Educação Social de Rua. Talvez essa busca seja uma forma que eu tenha encontrado de avaliar quando as ações favorecem ou não esse objetivo.

Mas trago, nesse momento, uma reflexão sobre o conceito de empoderamento. Quando um sujeito, ao tomar posse da sua própria história, empodera-se da mesma para fazer suas escolhas pessoais, assume a sua voz, o seu pensamento e o seu querer. Este pode juntar-se a outras vozes e num, como diria Giroux (1990), *empowerment* social, sentir-se capaz de intervir também em decisões mais amplas, comunitárias, coletivas.

Acredito que qualquer processo que seja educativo seja capaz de desenvolver esse empoderamento, através de suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, defendo a importância de sistematicamente criar espaços de troca, de diálogo, podendo ser estes espaços, os de brincadeiras. As ações educativas diretas com as crianças, adolescentes e suas comunidades têm sido lembradas positivamente diante do objetivo de construir junto, de provocar novas idéias, de educar a sociedade em relação à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes. São ações estratégicas, geralmente, planejadas juntamente com outros serviços que compõem a rede local que atende determinada comunidade e com a própria comunidade. Há experiência de ações planejadas inclusive com o comércio local¹⁴.

Essas ações podem ser: oficinas diversas, rodas de bate-papo, atividades lúdicas em praças e/ou associações comunitárias. Ações que se tornam pretextos para que haja encontros, onde seja possível desenvolver junto com os sujeitos: as relações de grupo; o pertencimento dos espaços públicos como, por exemplo, em parques; construir novos encontros, organizando no coletivo as atividades que desejam realizar.

O educador Éder referiu em nossa conversa esse tipo de ações como sendo estratégias da Educação Popular e citou algumas realizadas com sucesso no território onde atua: oficinas em escolas, oficinas de verão, capoeira, mobilização para a

¹⁴ Ver Anexo C.

comunidade ter participação efetiva nas conferências. Contudo, trouxe também a dificuldade de manter essas ações dentro de um Programa que não as prevê como estratégia fundamental para atingir o objetivo geral do trabalho, portanto não sendo priorizadas, acabam não acontecendo, ou acontecendo esporadicamente:

A intenção sempre foi a de dar continuidade, como uma formação continuada, porém com o aumento do número de sujeitos acompanhados pela equipe, fez crescer também o número de acompanhamentos e conseqüentemente em função do tempo, cai o número de abordagens. O educador, sofrendo a pressão por ter que dar conta das duas ações exigidas pelo Programa, que pouco ou quase nada prevê ações de prevenção à rua acaba muitas vezes se vendo como um educador-operador. Falta tempo para pensar/planejar as ações de formação, ou ainda de prevenção à situação de rua [...] (Anexo B, entrevista com educador Éder)

Essas ações educativas diretas com crianças, adolescentes e comunidade são pontuais, não tem uma sistemática que permita o desenvolvimento e o acompanhamento do processo educativo. Estas ações são realizadas de tempos em tempos em função da prioridade que se dá para outras atividades, como: de abordagens, acompanhamentos, visitas domiciliares, estudos de casos, representações em diversos espaços. Não se tem a intenção aqui de desconsiderar a importância do caráter educativo que estas outras ações têm ou deveriam ter e a necessidade das mesmas. Apenas, estou sinalizando o tempo que elas nos consomem, principalmente, quando se tratam de situações que denominamos de “apagamentos de incêndio”, como no caso do diário número 04 (Anexo E), onde inesperadamente desde a manhã até o final da tarde ficamos quase toda a equipe envolvida no caso de uma família acompanhada para conseguir abrigar as crianças que se encontravam em situação de rua há alguns dias.

Esta é uma discussão importante a ser feita pela Política que pensa o serviço de educação/de abordagem de rua, a Política da Assistência Social. E, neste caso, trago a necessidade da Política da Educação se fazer presente nesse processo já que estamos tratando de ações educativas, experiências vivenciadas e avaliadas muito positivamente pelos educadores como descrito também no diário de campo 9 (Anexo

E), *“Avaliamos como muito boa a atividade realizada [jogos lúdicos]. Reforçando a importância e o compromisso de continuar com o projeto”*. Onde simples brincadeiras, além de atingir o objetivo de se conhecer melhor, e - numa realidade de trabalho infantil diário vivido por essas crianças - viver puramente o prazer de brincar, resultaram em reflexões acerca da história dessas crianças já acompanhadas pela equipe. Assim como nos proporcionou aprender com as crianças e entre nós, educadores, refletindo sobre o como se deu o encontro, avaliando o que deu certo ou o que poderia ter sido de outra forma. Reflexões que geram novas aprendizagens, novas formas de entender as realidades.

4.2.1 A sensibilidade do educador social de rua

Voltando aos meus diários de campo, onde registrei as ações, como elas acontecem e como elas aconteceram, e depois de refletir sobre o significado destas, ainda assim é sempre difícil fazer o exercício de distanciamento da educadora-pesquisadora e enxergar algum sucesso. No entanto, através da escuta de meus colegas, fui reconhecendo na minha própria prática indícios que os sujeitos educandos nos apresentam de como vão se empoderando do que é seu direito. Um exemplo disso é a situação de um menino de 13 anos que, a partir do vínculo com os educadores da equipe em que trabalho, nos procurou querendo ser abrigado, demonstrando uma atitude crítica diante da realidade de estar na rua.

O educador Caio ao ser indagado sobre casos onde percebe o empoderamento dos educandos durante a sua trajetória no Programa Ação Rua, não demora em lembrar situações em que os sujeitos educandos vão em busca dos atendimentos a que têm direito. Para este educador, o trabalho da educação de rua, aos poucos, vem conseguindo exercer o seu papel.

[...] um retorno positivo do trabalho de educação de rua são as ligações de meninos em situação de rua já conhecidos, que entram em contato pedindo abordagem para parceiros que estão numa situação de muito risco, necessitando de atendimento. (Anexo B, entrevista com educador Caio)

Mesmo quando algum sujeito se empodera de seus direitos é complexo demais atribuir ao trabalho de educação de rua. O trabalho pode ter contribuído também, mas há outras questões envolvidas, como os outros contextos a que ele se vinculou, em termos de relações familiares e sociais, não apenas em programas.

Concordo com a educadora Rita, quando disse que nossas ações são muito subjetivas. Ela acredita que no interior dos sujeitos, até mesmo uma conversa é capaz de mudar concepções, mesmo que não a enxerguemos e, quando há alguma mudança, é difícil atribuir somente ao nosso trabalho já que a vivência dos sujeitos não acontece conosco (educadores) isoladamente de outros espaços e outras pessoas com quem conviveu e convive.

O diálogo acaba quase sempre partindo das questões assistenciais, exemplo: vaga em programas de distribuição de renda, em serviços sócio educativos, regularização de documentos, encaminhamentos, acompanhamentos a serviços de saúde. Mas não precisa se resumir a isso. Talvez o vínculo entre educador e sujeito possa despertar ou até mesmo mobilizar para outros processos educativos, de modo que o sujeito se perceba, reconheça seu valor, sua força e sua autonomia, e a partir de então passe a buscar seus próprios atendimentos, garantir os seus direitos. Para complementar, trago a ideia do educador Éder de que o caráter educativo do nosso trabalho é provocar nas pessoas a percepção de que elas têm e podem buscar suas próprias escolhas, porém não se evidencia o quanto estamos contribuindo para que realmente as façam, pelo caráter subjetivo. *“O empoderamento não vem de ações pontuais. É difícil classificar, só o sujeito educando pode falar do quanto se sente empoderado ou não”.* (Anexo B, entrevista com educador Éder)

Se não há espaço para efetivamente desenvolver um trabalho no nível pedagógico, educativo e de transformação, talvez o nome da função “educador”, dentro da Política da Assistência Social, devesse ser mudado, pois tal concepção de ajudar, encaminhar as crianças e adolescentes em situação de rua a satisfazer suas necessidades imediatas, não condiz com o que se espera de um profissional da educação. Mesmo porque hoje, o Serviço Social discute a necessidade do caráter educativo nas ações sócio assistenciais.

O processo mais especificamente educativo requer pensar junto e pensar sobre a realidade, entender os eventos históricos e a prática política de organizar as crianças, adolescentes e suas famílias para que compreendam o contexto em que se encontram e exijam os seus direitos de cidadãos. O relato da educadora Clair (Anexo A) demonstra claramente o sentimento de não conseguir acompanhar sistematicamente um sujeito educando e o quanto dificulta a construção de uma alternativa junto com o mesmo apenas com ações pontuais:

Planejamos (inicialmente) baseado apenas no que os (as) meninos (as) nos falam e bem sabemos que eles (as) levam muito tempo para falar a verdade ou coisas que sejam relevantes para o entendimento da situação. É como abordar no escuro ou como se toda abordagem fosse a primeira. A abordagem se torna vazia e sem proposição. (Anexo A, relato da educadora Clair)

Penso que também não seja o caso de não mais reconhecer esse trabalho como sendo desenvolvido por um “educador social de rua”, já que a partir dos relatos de colegas e também da análise de minha prática, ficou visível que espaço para que ocorram processos educativos estão sim presentes, o tempo todo, e também por reconhecer ao mesmo tempo a importância da Educação Popular dentro da Política da Assistência, e do trabalho com os sujeitos que estão em situação de rua. Outra fala da educadora Clair, fez-me pensar sobre o quanto nós educadores por reconhecer o nosso trabalho e nos reconhecermos como educadores devemos sim, exigir o direito de poder exercer plenamente o papel da Educação Popular, acreditando na sua trajetória histórica de contribuição na luta junto às classes trabalhadoras:

Somos educadores e como tal queremos acompanhar o processo, nos preocupamos com os (as) meninos (as), queremos saber sim como estão e onde estão, se não fosse assim seríamos apenas tarefeiros que abordam, encaminham e os outros que se danem. (Anexo A, relato da educadora Clair)

Um trabalho que atua somente em caráter emergencial, a fim de diminuir o “risco” ou a “vulnerabilidade” dos sujeitos, tem como resultado, ao invés de um processo educativo que objetive a transformação do educando em si e de sua

realidade, apenas a reprodução do estigma ao afirmar mais uma vez a posição a esses educandos da política da Assistência Social, de que estão em “situação de vulnerabilidade” e que por isso necessitam da “ajuda” deste ou daquele profissional para garantir seus direitos.

4.2.2 O olhar antropológico do educador: respeito pelas diferentes realidades.

Se consideramos a Educação como uma relação entre as pessoas, onde há intenções, às vezes por parte de uma pessoa, do educador, mas que nessa relação as duas partes se transformem, a primeira dimensão educativa na Pedagogia Social de Rua é o respeito aos direitos dessas crianças e adolescentes com quem trabalhamos; direitos diversos nos quais está o direito à Educação.

Não há nada mais anti-educativo do que ser discriminado, sofrer repressão. Como bem traz o educador João, ao responder o que reconhece como não-educativo no seu trabalho:

Não é educativo quando agimos com preconceitos respeito a nossos acompanhados: por ser pobre, negros, morador de rua, carroceiro/a, drogado/a, traficante, olheiro, aviãozinho etc. É uma pessoa, um SER, que tem potencialidades. Temos que acreditar neles. Não é educativo quando chegamos a uma criança, adolescente ou família com um receituário pronto. Não é educativo quando impomos de cima para baixo. (Anexo A, relato do educador João)

É imprescindível, se nos propomos a reinventar uma educação dialógica no espaço da rua, antes de começar um diálogo com a criança ou adolescente ou mesmo adulto, o respeito ao seu modo de ser e estar no mundo. Como disse Carvalho, (1992 p. 3) as pessoas que fazem da rua seu espaço de moradia e/ou sobrevivência criaram outros mecanismos para sobreviver, “e nisso eles são mestres, eles são doutores em sobrevivência”. São pessoas que têm seus próprios códigos de ética, sua própria linguagem criada a partir de uma realidade diferente daquela vivida pelos educadores,

por exemplo. E que, a partir desta outra forma de viver é que foram estabelecendo relações com o tempo, com o espaço, com os seus pares e com outras pessoas.

Somente à medida que vamos construindo um vínculo, e este somente se dá com respeito e com o espaço para a escuta, para o diálogo, é que vamos conhecendo e compreendendo esse outro jeito de ser e estar no mundo, um jeito que geralmente parte de necessidades vitais. Trago a exemplo a realidade da maioria das crianças a quem conhecemos na rua, aquelas que estão em situação de trabalho infantil.

Diante da realidade do trabalho infantil, onde olhando de fora, percebemos o sofrimento daquela criança por estar executando uma função que *a priori* não é a sua, e sim de um adulto, é comum o desejo de logo fazer com que essa criança “saia” dessa realidade e passe a freqüentar uma atividade escolar e extra-curricular de acordo com sua idade. Mas a maneira de fazer isso é que é a questão, pois temos que ter o cuidado para não criminalizar a família desse sujeito. Somente conhecendo o contexto da comunidade, da família dessa criança é que podemos pensar em como intervir numa realidade de trabalho infantil, o que geralmente não é de um dia para outro, porque implica em desconstruir uma forma de estar no mundo.

É só nos imaginar como parte de uma família, onde há oito ou nove filhos, dentre eles um bebê, onde o pai está em semi-liberdade, ou seja, quase não está em casa para contribuir na rotina necessária para a sobrevivência. Onde, por viverem da catação de material reciclável, possuem cavalo e talvez mais algum animal como galinha ou porco. E que na comunidade onde moram ainda não dispõe de luz elétrica nem rede de água e esgotos. Agora tentemos imaginar a quantidade de afazeres domésticos para dar conta de atender as necessidades diárias dessa família. Bom, já não fica tão fora de contexto o trabalho infantil. Essa mãe jamais daria conta sozinha de: cuidar de um bebê e dos outros filhos, cuidar da casa que não dispõem de luz, água, esgoto, eletrodomésticos, sair às ruas para buscar o material, separar o material e depois vendê-los, colher pasto para os animais etc.

Diante dessa realidade, que não é a minha e provavelmente dos trabalhadores dos Serviços que existem para atender essa família, como exigir que uma criança ou adolescente não mais trabalhe para ajudar a sua família? Estando nesse lugar será que

eu não estaria fazendo igual? Quais os limites e possibilidades para dialogar sobre essa questão?

Um contexto e uma trajetória de vida singular, diferente da minha, mas que por isso, não tem menos valor do que a minha vida, do que as minhas concepções. Afinal foi um jeito criado para dar conta dentro do possível no sistema excludente em que vivemos.

É importante que possamos sempre nos perguntar: que valores vigoram para essa família, nessa comunidade ou mesmo na rua? Numa ocasião como esta, quem ensina e quem aprende? Lemos nos convida a estar atento a isso quando pondera que,

É impossível atuar na rua e continuar com as mesmas certezas, com os mesmos valores. É impossível ser um educador sem se expôr, sem correr os riscos. E, mais ainda, ser um educador “de rua” que prioriza os sujeitos que estão fora, significa viver a rua em todas as suas contradições. (LEMOS, 2002, p.150)

Apesar de alguns discursos trazerem que o número de crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade diminuíram, ao entrar nas comunidades de periferia vemos que, se diminuiu foi pouco, pois continuam sobrevivendo, sendo negligenciadas e denunciando um sistema democrático falido, porém dentro de suas comunidades. Por esse motivo não satisfaz todo um aparato social que enfoque apenas em abordagem e encaminhamentos, precisamos educar e intervir no que está posto. Educar para o empoderamento, para a luta! Mas educar a partir da realidade, como diz a pedagogia Freireana, nesse caso, a rua, ou determinada comunidade com toda a sua lógica, de quem nela vive.

Para pensar a questão dos sujeitos que estão em situação de rua – reflexão que tantas vezes agride a quem está fora dela – acredito que não podemos nos aproximar senão com um olhar de educador-aprendiz. Fonseca remete um pouco a essa idéia quando escreve,

A particular configuração que deu origem à sociedade de classes no Brasil tem promovido contextos em que a extrema precariedade das condições de vida – as moradias “irregulares”, a alta taxa de mortalidade por doença, a instabilidade

crônica de emprego – soma-se às formas arbitrárias de poder, criando uma visão de mundo particular.

Os moradores dos bairros nobres costumam manifestar uma certa incompreensão senão desagrado diante dessa “lógica alternativa” – e, em certos casos, promovem campanhas moralizantes no intuito de implantar atitudes de cidadania mais ao seu agrado. A análise antropológica, ao mostrar que os valores e comportamentos de determinado grupo não são fruto da ignorância, ao analisá-los como parte de um universo simbólico particular, criado a partir de um contexto concreto, leva a crer que uma mudança de atitudes exigiria bem mais do que campanhas “educativas”. Exigiria uma modificação das condições concretas – políticas e econômicas – nas quais essas pessoas vivem. (FONSECA, 2004, p. 207-208)

É nesse sentido que trago o olhar antropológico do educador, do educador-aprendiz, daquele que se aproxima procurando primeiramente escutar e observar para compreender essa outra lógica, para depois pensar na possibilidade de intervir. Então, agora pensando enquanto educadora que tem como princípio o cuidado de não somente preconizar por aquilo que a sociedade julga ser o correto: como podemos intervir nessa realidade? Precisamos compreender que essas crianças são sujeitos de direitos à educação, ao lazer, mas que o bem-estar dela também depende do bem-estar de sua família. O que testemunhamos são famílias e comunidades negligenciadas pelo Estado.

É em meio a tudo isso que essas pessoas sobrevivem, e a ida para a rua pode ser vista como uma tentativa de garantir a sobrevivência, uma forma de tentar escapar do sofrimento vivenciado por essas situações. A ida para a rua pode ser considerada uma forma positiva de resistência. Assim é que a pedagogia de Freire (2005), cuja leitura sobre o fenômeno social como uma relação entre opressores e oprimidos, é inevitável.

Não podemos cair numa educação para o sujeito permanecer na rua, ou, na mesma situação, nem cair na pretensão e moralismo de “ressocializar” esses sujeitos numa sociedade que exige um certo comportamento, diferente do comportamento construído por eles. O desafio é uma educação a partir da realidade do sujeito, garantindo o espaço à voz, à participação crítica desses sujeitos, para que possam lutar

pelas necessidades e interesses do seu coletivo. O desafio é também fomentar essa conscientização não só das crianças e adolescentes em situação de rua, mas do próprio educador e de toda a sociedade sobre essa realidade que em vários aspectos é inaceitável do ponto de vista do respeito à pessoa humana: opressão e sofrimento provocados por um modelo econômico vigente.

A Pedagogia Social de Rua não tem nada a ver com “salvar” ou “reabilitar”, nem se limita a transformar apenas quem está em situação de rua, mas a todos que estão inseridos neste modelo opressor de alguma forma, direta ou indiretamente. Todos nós!

Como bem coloca Oliveira,

[...] uma tarefa básica, e antipática do educador, é apontar para a sociedade, que há algo profundamente errado em sua constituição, em seu funcionamento, em sua essência, do ponto de vista da missão que ela proclama, de promover democracia, igualdade de direitos e oportunidades, tolerância à diversidade, responsabilidade legislativa, políticas de direitos humanos e inclusão social. É tarefa ainda do educador, além de denunciar, apontar caminhos possíveis para a resolução dos problemas, que devem ser formulados a partir desta visão, em que se distribui o peso da responsabilidade social para além dos ombros dos oprimidos. (OLIVEIRA W., 2004, p.100)

Pensar em uma Pedagogia, que não seja a da conversão, mas em uma Educação no seu sentido amplo. Não há como mudar a realidade que gera a opressão dos sujeitos que vivem nas ruas somente a partir da conscientização deles referente às questões que os levam para as ruas. A sociedade precisa abrir os olhos para a realidade que gera essa opressão e se transformar, caso contrário, será mantido tal como está, a relação entre opressores e oprimidos. Segundo Lemos,

Seria preciso pensar que para educar o menino e a menina de rua é preciso educar a rua, o centro, o bairro, ou melhor, educar a cidade. Não no sentido de catequização ou domesticação, mas entendendo educação enquanto abertura ao diálogo e à construção coletiva. (LEMOS, 2002, p.140)

Uma Educação no seu sentido amplo é aquela que não se restringe a conteúdos escolares, assim como não se restringe a uma ou outra parcela da população, não se restringe a uma visão particular de mundo, mas procura entender as relações sociais a fim de possibilitar a compreensão e transformação da realidade. Um movimento que através do resgate das histórias de vida e da sociedade, que busque identificar as necessidades individuais, comunitárias e a partir disso, sensibilizar e mobilizar cada um para ações coletivas. Uma Educação que se multiplica: que educa o educando, o educador, a cidade, o governo. Mas cabe se perguntar: está o governo contemplando, criando Políticas de acordo com essas realidades encontradas pelos educadores sociais de rua?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de argumentos para defender o reconhecimento e valorização da importância da educação social de rua, fui olhar mais atentamente para minha própria prática, nos diversos espaços onde atuo como educadora social. Para isso, retomei diversas vezes alguns de meus diários de campo. A conversa com outros educadores foi uma ferramenta essencial para que eu pudesse não me distanciar de minha prática, mas ouvir de outros profissionais o cotidiano do educador, o que pensam, no que acreditam, o que observam..., pois até os momentos finais dessa escrita há a peculiaridade da pesquisa de tipo etnográfica, no que diz respeito em ser uma pesquisadora/educadora, e vice-versa, onde estando dentro do objeto - o exercício da educação social de rua - e procurando exercitar também o olhar fora, para fazer as reflexões e, junto às reflexões pensar formas de potencializar o papel de educadora, da educação popular neste trabalho.

O movimento de provocar nos colegas a reflexão sobre o próprio fazer, apesar da dificuldade quanto à disponibilidade de tempo de cada um para uma conversa sobre trabalho, fora do horário de expediente foi interessante. Todos manifestaram satisfação em contribuir nesta discussão. Foi a sistematização do trabalho e a escuta desses educadores sociais que possibilitou o reconhecimento do processo educativo e pedagógico que existe no nosso trabalho. Da capacidade que tem a educação social de rua para desenvolver uma ação educativa para além da escola com os que estão em situação de rua.

Uma ação educativa que objetiva desenvolver junto com os educandos o empowerment individual e social (GIROUX, 1990) - mesmo que não tenhamos como dimensionar o quanto a educação social de rua contribui para o empoderamento - vem acontecendo, e por isso não há como deixar de olhar atentamente para a forma de como vem sendo estruturado os programas em que atuamos. Ficou evidente que muitas vezes na agenda do educador social há poucos espaços para focar no objetivo de construir um processo de empoderamento.

Descrever, cada uma das ações cotidianas do educador social de rua foi um exercício bastante importante, pois considero necessário sistematizar as práticas de Educação Social de Rua, por acreditar que seja uma forma de ter esse saber

reconhecido e, portanto legitimado, de provocar a discussão de que não é um trabalho feito de qualquer jeito, mas que tem um conhecimento, e – porque não? – científico, com profissionais de outras áreas, para que realmente o trabalho das equipes seja coletivo, conjunto, com os diferentes saberes sendo igualmente valorizados.

A reflexão sobre a prática fez com que eu me apropriasse do meu fazer de educadora social de rua e também clareou caminhos por onde posso, ou, podemos potencializar as ações do dia-a-dia. Já não é mais tão estranho ver o quanto o trabalho do educador social de rua não é percebido como tal por outros profissionais, pois eu mesma já não estava reconhecendo minha própria prática como educativa e me reconhecendo como educadora.

Quando falo em ter um olhar sobre a estrutura dos programas, quero dizer iniciar essa discussão nos fóruns na Política da Assistência em que participamos, trazendo o enfoque educativo como essencial e chamar a Política da Educação para compor esse diálogo. Penso que essa é uma forma de buscar o espaço que queremos para exercer o papel de educadores: construir um processo, ou seja, não uma tentativa feita somente entre um acompanhamento e outro pontual. Um trabalho com continuidade em que provocar reflexões sobre nosso contexto tem que acontecer de forma mais segura, sem haver o risco de partir de um outro lugar que não seja o contexto particular de cada sujeito, sem perder de vista o respeito pelas diferentes realidades das pessoas com quem atuamos.

Não há como negar o processo educativo, a capacidade de transformação que há neste trabalho. As ações que foram descritas (abordagens, visitas domiciliares, acompanhamentos, etc.), são instrumentos do Serviço Social para atender a família e/ou o sujeito, assim como para a Educação, são ferramentas pedagógicas riquíssimas em meio aberto para construir projetos de vida e isso é muito complexo para não ser trazido nos espaços de discussão. É com base nesses argumentos que vejo a necessidade de um diálogo entre as Políticas da Educação e da Assistência.

Nesse curto período de tempo exigido para a elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso, não foi possível uma análise aprofundada dos programas e serviços que compuseram este período da história da ESR em Porto Alegre, o que aponta para a necessidade de continuidade dessa pesquisa, mesmo que haja algumas

mudanças de rumo ou do objeto durante o processo, se necessário. Mas conhecer um pouco do histórico me fez conhecer e reconhecer a educação social de rua também como um movimento de luta pelos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua, luta para a produção e investimento neste campo de saber, luta por uma transformação através de sua inserção em ações políticas bem como o protagonismo de seus profissionais, que resultou numa inovação pedagógica no processo de reflexão sobre Educação (OLIVEIRA W., 2004).

Todo esse reconhecimento da luta e do trabalho educativo que vem sendo realizado conforme apresentei ao longo deste trabalho, mostra a pertinência de questionar a falta de reconhecimento deste trabalho ou o não posicionamento frente a esse trabalho de educação de rua pela Política da Educação. O que ou a quem essa atitude de omissão estará favorecendo? Que interesses estariam em questão? Uma inclusão desta interface da educação na legislação iria garantir uma prática mais responsável? Uma transformação no fazer ou mesmo no espaço existente para o fazer?

Se quisermos que a Educação, independente do espaço em que ocorra, sirva como ferramenta aos sujeitos para que se reconheçam enquanto pertencentes de um saber e uma história não reconhecidos, para que se empoderem de seus direitos, e, compondo a Política da Assistência, não há como ser de outro jeito senão abrir-se para a troca com outras áreas de conhecimento, para trabalhar com os sujeitos educandos na sua integralidade; já que reconhecemos a urgência da Educação considerar realmente as diferentes realidades dos sujeitos (FREIRE, 2005). E não refiro aqui que apenas a escola, enquanto ferramenta da educação, precise se atentar à necessidade dessa troca, mas também a universidade que forma os profissionais que atuam nos diversos espaços.

Se pensarmos que gostaríamos de reduzir o tempo de permanência de uma criança em situação de exploração do trabalho à medida que a mesma freqüente a escola, não basta encaminhar essa criança para a escola, sem que a escola não saiba como acolher essa criança, que vive a situação de rua, ou de exploração do trabalho infantil. Os profissionais da escola tem que saber como trabalhar essa especificidade e, no entanto sabemos que à escola e seus profissionais, muitas vezes falta investimento

e preocupação para que discutam as questões que dizem respeito à própria Educação, quanto mais as da Assistência.

Claro que todos temos o desejo de que o trabalho infantil, não seja mais a única possibilidade para milhares de crianças e adolescentes, mas vejo a política da Assistência trabalhando muito mais voltada nesse objetivo, do que a Educação, que até então não tem dado conta de garantir o direito de uma educação escolar com qualidade. Esse objetivo para ser alcançado depende que trabalhem juntas (Educação e Assistência). O que quero dizer aqui, é que tanto a escola, quanto as outras formas de educação não escolar (SPOSITO, 2008) têm muito a aprender uma com a outra. Porém consigo visualizar o movimento de provocar esse diálogo, partindo da Assistência, ou melhor, dos profissionais da Educação que atuam dentro da Assistência.

Por fim, esta é uma discussão importante a ser feita pela Política que pensa o serviço de educação/de abordagem de rua, a Política da Assistência Social. E, neste caso, trago a necessidade da Política da Educação se fazer presente nesse processo já que estamos tratando de ações educativas e experiências avaliadas positivamente pelos educadores como descrito no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Quando cada caso NÃO é um caso.** Revista ANPED, 1999, nº 10.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GIROUX, Henry. Alfabetização e a pedagogia do empowerment político. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.1-27.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo freire, 2005.

_____. Educação popular produtiva como alternativa para os meninos e jovens de rua. In: **Paixão de aprender.** Porto Alegre. N. 5 (out. 1993), p. 48- 53.

LEMOS, Miriam P.; GIUGLIANI, Silvia. Educação social de rua. In: Paica – Rua, (org.). **Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para a garantia de direitos.** São Paulo: Cortez. Brasília, DF: Unicef, 2002. p. 21 – 36. (Série fazer valer os direitos; v.2).

LEMOS, Miriam P. **A Pedagogia das Políticas Sociais – Um estudo do impacto das políticas sociais no cotidiano dos sujeitos de uma comunidade periférica em Porto Alegre.** Tese (Doutorado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo.** Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998. p. 17 – 35.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, Maria Lúcia Andrade. **Criança de rua: O Brasil abandonado.** Porto Alegre, 2000. (texto não publicado)

SPOSITO, M. P. **Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola.** Revista USP, São Paulo, v. 57, p. 210-226, 2003.

_____. **Juventude e Educação:** interações entre educação escolar e a educação não-formal. In: Educação e Realidade, v.33 (2), jul/dez, 2008, p.83-98.

BIBLIOGRAFIAS E SITES CONSULTADOS:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.**

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Comissão de Educação e Cultura. **Projeto de Lei nº 5.346 de 2009.**

FREIRE, Paulo. Paulo Freire e educadores de rua. Uma abordagem crítica. Projeto alternativas de atendimento a meninos de rua. UNICEF/FUNABEM/SAS, 1985.

PMPA, Projeto Ação Rua. Porto Alegre: FASC, 2006.

_____. Projeto Serviço de Abordagem Social – Ação Rua. Porto Alegre: FASC, 2010.

_____. Projeto Serviço de Abordagem Social. Porto Alegre: FASC, 2010.

<http://www.mec.gov.br/> acessado em 11/08/2011.

<http://www.projetoaxe.org.br/> acessado em 05/06/2011.

<http://www.camara.gov.br/sileq/integras/661788.pdf> acessado em 11/05/2011.

<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/historia.html> acessado em 09/08/2011.

ANEXOS

ANEXO A – Relatos:

Relato da educadora Clair;

Relato do educador João;

Relato de Maria Lucia Andrade Reis;

ANEXO B – Entrevistas semi-estruturadas:

Entrevista com educador Caio;

Entrevista com educador Éder;

Entrevista com a educadora Rita;

ANEXO C - A comunidade que compõem o território Humaitá-Navegantes (Parte do Relatório qualitativo – Jan/2010, escrito por mim);

ANEXO D - A Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente (Parte do Relatório qualitativo - Jan/2011, escrito por mim);

ANEXO E – Diários de campo:

Diário 1;

Diário 2;

Diário 3;

Diário 4;

Diário 5;

Diário 6;

Diário 7;

Diário 8;

Diário 9.

ANEXO A:

Relato educadora Clair:

Educador Social: Como tudo começou...

Minha experiência como educadora começa no início do ano de 2000. Na ocasião fui ser voluntária em uma Associação Comunitária da Vila Pinto, comunidade onde eu morava, trabalhando um turno com crianças da comunidade. Sem recursos financeiros, nem materiais e sem nenhuma experiência, foi bem difícil! Mas, contudo, me mantive neste trabalho por uns três meses sem nenhum vínculo empregatício. Após este período a Associação iniciou convênio de SASE e eu fui contratada, trabalhei por mais dois meses.

Educação Social de Rua: A aprendizagem

Neste mesmo período, aproximadamente no mês de junho, surgiu a oportunidade de fazer um curso de capacitação para educadores sociais comunitários. Este curso tinha como finalidade capacitar educadores, preferencialmente que fossem moradores das três regiões que demandavam mais crianças para a Centro (Bom Jesus, Cruzeiro e Partenon) e que fossem indicados pela Rede de suas regiões, para abordar crianças e adolescentes em situação de rua. Consegui minha indicação, para fazer o curso, através da Instituição onde eu trabalhava. Fui impulsionada mais pela curiosidade do que pela causa em si. Lembro-me que senti medo, pois ao mesmo tempo em que eu estava tão próxima, estava também muito longe desta realidade. Morava em uma das regiões que mais impeliavam crianças e adolescentes para situação de rua e não tinha o menor conhecimento desta situação. Para mim, criança de rua era mesmo marginal, ladrão e vagabundo. Palavras fortes não? Mas infelizmente era assim que eu pensava. O curso teve duração de apenas 40 horas, mas foi tão intenso e produtivo que hoje tenho a sensação que durou muito mais. Fomos capacitados por duas profissionais que tinham muita propriedade no assunto, transmitiram seus conhecimentos de uma forma tão segura e ao mesmo tempo demonstravam tanto zelo pelos meninos (as), que no meio do curso o meus preconceitos se transformaram em vergonha e meu medo em um forte interesse pela questão. Tivemos aulas teóricas e práticas e ao final deste, foi realizada uma seleção de nove educadores, sendo três por

região, pra trabalhar em um projeto piloto que se chamava Educação Social de Rua Comunitária. O Projeto foi executado pela ASAFOM durante 2 anos e meio (Associação de Apoio ao Fórum DCA) e, pelo que me lembro, durante um ano e meio foi financiado pelo Funcrância e depois mais um ano pela Unicef.

A dinâmica do trabalho

Como já falei, foram contratados três educadores por região onde procuraram contemplar a questão do gênero, na minha equipe 2 mulheres e 1 homem. Nossa primeira ida a campo foi ainda durante a capacitação, mas só como observador. A primeira abordagem esta marcada na minha memória como se tivesse ocorrido ontem. Saímos os três sem ninguém para nos guiar, nos dizer o que fazer ou como fazer. O medo voltou, mas agora o medo de era de mim, de não sabe fazer o que eu nem sabia bem o quê. Saímos cheios de expectativas, ansiedades e receios. Em fim, o grande momento chegou, foram só uns minutos de observação, um esboço de planejamento e com apenas um sorriso e uma palavra matamos um monstro. Eram apenas três crianças pedindo dinheiro em uma sinaleira, mas que representaram muito pra mim, farão parte da minha história para o resto da minha vida. Três pequeninos que quebraram com todo e qualquer preconceito que ainda restava em mim e que fizeram com que eu me apaixonasse pelo trabalho.

E assim fomos desenhando e redesenhando nosso trabalho. Conhecendo a região, construindo fluxos e o trabalho em rede, descobrindo alternativas de encaminhamentos para suprir a falta de serviços, nos apropriando das histórias dos meninos (as), de suas famílias e dos serviços que os atendiam. No primeiro ano não tínhamos técnicos na equipe, por isso fazíamos também as visitas domiciliares e as articulações com a rede. Vinculávamo-nos com os meninos, com as famílias e também (por que não?) com os serviços. Isso era ótimo, porque nos dava uma visão do todo, conseguíamos observar como as crianças se expressavam nos diferentes espaços, entender que papel elas desempenhavam neles e assim fazer uma leitura mais ampla da situação, dos motivos que as levavam a rua. Como consequência disso, obtínhamos maiores possibilidades de acertos nos encaminhamentos, que aliás em alguns casos nem chegaram a ser realizados para que se pudesse ver algumas mudanças. Uma boa

conversa, uma escuta atenciosa, alguns estímulos para quem está com a alta estima baixa é para muitas famílias um grande impulso para uma reflexão e transformação. Não falo de uma visita esporádica em que se chega a uma casa como uma completa estranha e começa a se dizer o que as pessoas têm que fazer ou deixar de fazer, como eu tenho presenciado ao longo destes anos, mas sim de visitas sistemáticas, aqui falando de pelo menos uma vez por semana, e que no início, para quem olha de fora pode parecer descomprometida e sem objetivo, mas no íntimo a intenção é conhecer, entender e conquistar a confiança para só então começar a propor algo. Esse propor algumas vezes não vinha de nós, mas sim das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, que à partir do vínculo de confiança estabelecido e através dos nosso estímulos percebiam a necessidade da mudança. Claro que para manter essa transformação tudo tinha que ser muito bem amarrado com a rede de atendimento e por isso o vínculo com ela era muito importante também.

Como já mencionei não tínhamos muitos recursos. Sem uma sede na região, nosso espaço para discussões de equipe, escrita dos diários de campo e planejamentos eram realizados sentados em beiras de calçadas, nas praças, mesas de bares e em dias chuvosos ou quando tínhamos alguma atividade próximo as nossas casas, estas nos serviam de sede. Não tínhamos telefones institucionais, mas recebíamos cartões para uso em telefones públicos. Recebíamos vale transporte de acordo com nosso planejamento da semana, caso faltassem usávamos os nosso, que eram reembolsados posteriormente. Uma vez por semana nos reuníamos com as outras equipes na sede da ASAFOM, que se situava no Centro. As reuniões que aconteciam na sede do Centro eram divididas em dois momentos: no primeiro momento, formação, estudos e dinâmicas de grupo, no segundo momento, compartilhar, refletir e repensar ações sobre o cotidiano do trabalho realizado na semana, com as outras equipes e com a coordenação. Nossa jornada de trabalho era de seis horas diárias e nós escolhíamos os horários de acordo com a demanda. Para a atividade de confecção do diário de campo reservávamos uma hora por dia, pois nosso diário era descritivo e detalhado. Escrevíamos os fatos, impressões, sensações, dificuldades. Como esse instrumento era realizado em conjunto, esse era o momento de refletir sobre o trabalho, momento de desabafo ou de lavar a roupa suja. Aliás, é

importante ressaltar que a maioria das atividades eram sempre realizadas pelos três. Três era o número do equilíbrio, pois em decisões imediatas ganhava a maioria e a discussão ficava para depois. Com o tempo criamos uma sintonia tão grande que apenas pelo olhar sabíamos o que o outro estava pensando. No começo a rede estranhava os três sempre juntos, na verdade penso que desconheciam o trabalho em equipe, mas à medida que os resultados de nossas ações começaram a aparecer começaram a assimilar nosso novo jeito de trabalhar.

Equipe x Equipe

Após mais ou menos um ano de trabalho a ASAFOM conveniou outro projeto chamado de Vínculo Familiar. Este projeto deveria trabalhar em conjunto com o nosso, abordaríamos as crianças e eles atenderiam as famílias. Tinham sua coordenação e metodologia própria. No começo parecia que iria funcionar, porém foram várias trocas de técnicos e cada um com entendimento do trabalho. Aos poucos foram surgindo alguns impasses, e as equipes foram se afastando. À partir da entrada da equipe Técnica(Assistente Social e Psicólogo) educador não poderia mais fazer visitas, tinha que passar todas as informações e, por conta de uma tal ética profissional, as informações que vinham, quando vinham, das discussões de caso e das visitas domiciliares não vinham completas. Fomos nos afastando cada vez mais. Eu não conseguia entender isso com sendo um trabalho em equipe. Tinha dificuldade de desenvolver um trabalho pleno com as crianças sem entender o contexto todo. Me sentia desrespeitada e menosprezada, pois trabalhamos sozinhos por ano naquela comunidade, com aquela rede e com as famílias. Construimos fluxos, formamos parcerias e criamos vínculos para passar tudo de bandeja e ser colocados de lado. As vezes sentia que era proibido pensar, só tínhamos que abordar e fazer o que nos fosse orientado ou desorientado, o nosso saber não valia mais de nada. Com frequência ao chegarmos nas abordagens éramos cobrados ou xingados por ações realizadas que não tínhamos o menor conhecimento. Assim fomos levando por quase um ano e meio, quando a ASAFOM, por falta de recursos teve que terminar com os projetos.

Abrigo: A frustração

Alguns meses depois da Educação Social de Rua Comunitário fui trabalhar em outro projeto novo na cidade. A Prefeitura de Porto Alegre fez um convênio com uma ONG para contratar educadores que iriam compor a equipe de trabalho de um de seus abrigos. Trabalhei por nove meses no turno da noite, que pareceram anos. Trabalhar 12h no turno da noite já era torturante, quando se tem casa e filho pequeno pra cuidar é pior ainda. Nosso início foi bem difícil, pois sofremos vários boicotes das crianças e adolescentes que não aceitavam a saída antigos monitores. Tínhamos que permanecer em alerta, pois saqueavam a casa, colocavam fogo nas coisas e maltratavam os menores para nos atingir. Na época a maioria do público atendido eram crianças e adolescentes com histórico de rua moradia. Esse público costumava dormir o dia inteiro e durante a noite entravam e saiam do abrigo a hora que bem entendiam. As equipes da noite não tinham nenhum contato com a equipe técnica da casa que deixava suas orientações em um livro diário. Algumas vezes as combinações com as crianças eram mudadas e a noite não ficávamos sabendo e isso sempre trazia enormes transtornos, pois qualquer coisa era motivo para um surto. Na noite éramos quatro educadores, um auxiliar de enfermagem, um auxiliar de cozinha e um guarda, mas quando a tempo fechava éramos só nós quatro para que dar conta da situação. Se não bastassem os constantes conflitos, havia duas crianças especiais e outros pequenos, que demandavam cuidados com a higiene e muita atenção por serem alvos fáceis para as maldades praticadas pelos outros. Mas o que realmente fez com que eu saísse deste trabalho foi a percepção que eu estava começando a me corromper e sendo conivente com o descaso e falta de proposição daquele lugar, com aquele “faz de conta”. Eu estava perdendo o romantismo e esquecendo meus propósitos, que eram e são promover e defender os direitos de todos, principalmente o de crianças e adolescentes. Alguns estavam lá pelo emprego, mas eu queria trabalho e isso não tinha. De educadores passamos para “fazedores de tarefas”. Esse trabalho me causou muita frustração e uma sensação enorme de impotência. Hoje, já estou recuperada do estrago que esta experiência fez em mim e consegui aprender com os erros que cometi. Quem sabe, um dia, eu ainda repita está experiência para tentar por em ação o que eu acredito ser o “jeito certo”.

Sobressair:

Em 2004 surge nova oportunidade de trabalhar com a abordagem de crianças e adolescentes. Desta vez na região Centro em um projeto chamado Sobressair. A equipe era composta por técnicos e educadores e todos com a supervisão de um mesmo coordenador. Contávamos ainda com uma psicóloga que fazia a supervisão técnica e um a professora que fazia a supervisão pedagógica do trabalho. Contávamos com mais recurso (uma sede bem localizada, telefones, computadores, vale refeição, etc.). Tínhamos reuniões semanais com toda a equipe e reuniões por trio de educadores. Uma vez por semana tínhamos momentos de formação, onde aprendemos sobre Grupo Operativo intercalando com outro momento que chamávamos de Grupo de Sentimentos. Na verdade esse era um momento onde deixávamos aflorar todos os nossos sentimentos, nossas frustrações e angustias para depois buscar o entendimento para tudo o que estávamos vivenciando nas teorias do de Pichon. Eu adorava estes momentos, nunca tive dificuldades de expor minhas fragilidades (dificuldades) e agora tendo uma teoria como suporte era mais fácil ainda. Já aqueles que eram mais reservados detestavam, pois de certa forma ao nos expor ficávamos vulneráveis. Muitas vezes, embora esse não fosse o objetivo do grupo, aquele espaço era usado para resolver conflitos que ocorriam entre a equipe e alguns até traziam problemas pessoais. Todos que já trabalharam em equipe sabem o quanto é difícil essa tarefa, pois temos que deixar de ser eu pra sermos nós. Leva algum tempo até entendermos que ter uma opinião diferente não é o mesmo que negar a do outro. Saber ouvir é um fator mais importante para o trabalho em grupo, pois sem escuta não há comunicação.

Além da diferença na constituição da equipe e as melhores condições de trabalho, o público abordado tinha um perfil diferente do público da Educação Social de Rua Comunitária (nas regiões haviam poucos casos de situação de rua moradia, já no centro isso era muito comum). Muitos dos adolescentes que encontrava na rua eram do abrigo em que trabalhei. Nossa relação na rua era muito diferente. Posso dizer que me aproximei e conheci-os muito mais nos poucos momentos que passávamos juntos na rua do que os nove meses em que passei horas com eles. Eu era educadora no abrigo e na rua, minha postura, conduta e atitudes eram as mesmas, isso é o que eu pensava,

mas hoje, analisando melhor, penso que me envolvia emocionalmente demais, tratava-os como tratava meu filho, sofria com suas dores e me desesperava com seus desesperos, não tive o distanciamento necessário para intervir na aquela situação. Acho que eles sentiam isso e sem querer, talvez eu os fizesse lembrar de uma mãe que preferiam esquecer ou, quem sabe, uma que desejavam ter.

A metodologia do trabalho era muito parecida com a do Ação Rua. Os educadores abordavam, estabeleciam um vínculo com os(as) meninos(as), conheciam suas histórias, propunham alternativas, etc.. . A região foi dividida em três áreas e os educadores formaram trios. Cada trio atuava em uma área definida. Esqueci-me de falar que eram nove educadores e seis técnicos, sendo eles dois Pedagogos, dois Assistentes Sociais e dois Psicólogos. Cada trio de educadores contava com dois técnicos de referencia, porém as ações eram desenvolvidas pelo técnico da área que estivesse demandando a ação.

Naquela época também era desenvolvido pelo CPCA o Projeto Travessia, que realizava abordagens nas regiões: Bom Jesus, Partenon e Cruzeiro. Porém os casos de situação de rua abordados no centro e que tinham como região de origem estas três regiões, se já não estivessem sendo acompanhadas pelo Travessia seguia o acompanhamento com o Sobressair, que articulava com os serviços e realizava as visitas domiciliares até que a equipe conseguisse vincular o(a) menino(a) com os serviços da região e reverter a situação de rua.

Acredito que o ponto mais significativo deste trabalho, assim como no Comunitário, foi colocar a qualidade do atendimento em primeiro lugar. Tínhamos algumas metas, porém a prioridade eram os(as) meninos(as). Não tínhamos que nos preocupar com números ou dar respostas a sociedade, mas sim com ações que visassem uma efetiva transformação, da situação, daqueles que estavam sendo atendidos. Era tudo estrategicamente planejado e organizado, nenhuma ação era realizada sem ter sido discutida com a equipe de referencia. É claro que isso foi um processo construído ao longo do tempo, pois a maioria não tinha nenhuma experiência de trabalho em equipe. À medida que se percebia que as ações planejadas em equipe eram mais assertivas, a ideia foi sendo assimilada por todos.

Em fim, essa minha passagem pelo Sobressair durou um ano e três meses, quando infelizmente o projeto foi finalizado. Posso dizer que este foi um momento de grande crescimento na minha vida profissional. Trabalhar com uma grande equipe, com profissionais de várias áreas foi enriquecedor.

Ação Rua

Como tu és uma conhecedora do Ação Rua, vou falar das dificuldades que tive e das diferenças que encontrei aqui.

A chegada da nossa equipe ao Ação Rua foi bem difícil, pois fomos trabalhar junto com a equipe do núcleo Próprio. Outro fator de dificuldade foi que a nossa equipe foi composta por dois colegas e uma coordenadora que já estavam trabalhando com eles, ou seja, foram contratados por uma instituição através de uma parceria com a Prefeitura para compor a equipe do SESRUA. O problema é que apesar de alguns técnicos e educadores do Próprio terem muita experiência em abordagem e conhecerem bem as histórias dos(as) meninos(as), suas práticas estavam estagnadas no tempo, não evoluíram. Pelas constantes frustrações, típicas do trabalho, já não davam mais nenhum crédito para o público atendido, perderam o romance. Sem estímulo e descrentes, era assim que eu os percebia. Os colegas que da equipe que trabalhavam lá já tinham seus ranços com eles e também alguns de seus vícios, um deles era: só saíam se tivessem carro. Mais tarde entendi que isso era um movimento dos educadores concursados, que ressentidos com a redução da equipe e dos recursos que tinham quando iniciou o SESRUA, tentavam nos impedir de sair sem carro com receio que lhes tirassem esse recurso também. Aos poucos fomos conseguindo construir nossa metodologia de trabalho e cada vez mais as diferenças eram evidenciadas, não só na forma de trabalhar mas também na questão de regimental, pois as licenças, os pedidos de relotação e muito outros direitos que os concursados tinham não eram os mesmos nossos. Teoricamente estariam lotados naquele núcleo duas equipes do núcleo próprio, ou seja, oito educadores, mas na prática só contamos com dois ou três na maior parte do tempo em que estivemos juntos. Pelo tamanho da região e o número de demandas que tínhamos que dar conta, tivemos que trabalhar dobrado durante um ano. “Cacique” naquele espaço era o que não faltava, tínhamos

duas coordenadoras e todos os concursados para nos dizer o que fazer. Aguentamos piadas e boicotes, até que, finalmente após um ano nossa Instituição nos tirou dela e montou nossa sede dentro da própria Instituição.

Já na nossa sede, com a região menor, menos demanda, e sem influência do núcleo Próprio, conseguimos de fato construir nossa forma de trabalhar. Mas isso também teve seu custo, pois sem os conflitos externos as atenções e tensões voltaram se para nós. Iniciasse ai outro processo de aprendizado de trabalho de equipe. A pessoa que estava como coordenadora começou a temer que nossa cumplicidade e união para o trabalho pudesse enfraquecer sua autoridade, pois a forma de administração ela exercia é a conhecida administração autoritária. Durante mais de um ano esta pessoa tentou, de todas as formas, desarticular a equipe. Muito diferente de todas as coordenações que eu já tive. Ao invés de mediar incentivava os conflitos. Ao fim disso, ela foi uma profissional foi demitida e mais três pediram demissão. Ainda não consigo fazer uma boa leitura de tudo isso, mas a princípio eu acredito que ela não tinha maturidade e competência suficiente para assumir este papel. Os que permaneceram estavam no seu limite e se não fosse uma troca na presidência da Instituição e a demissão da coordenadora geral da casa, que era sua amiga íntima, não resistiriam e também acabariam saindo. Tão logo a coordenadora geral foi demitida, ela também pediu demissão. Assumiu uma coordenadora e outros integrantes que assumiram no lugar dos que saíram. Com a entrada de novos integrantes na equipe, não era de se estranhar que tivéssemos alguns conflitos iniciais, isso faz parte do processo de evolução do grupo, mas com o auxílio da nova coordenadora geral da instituição, logo a equipe voltou a se afinar. Conflito de ideias é normal e até enriquece o trabalho, desde que haja respeito e maturidade entre a equipe para superá-los e chegar a um consenso.

Falando agora do trabalho em si, as diferenças da prática da abordagem no Ação Rua para os outros Projetos são gritantes. Primeiramente falando da prioridade, que enquanto nos Projetos eram as crianças e adolescentes neste é a a prioridade é os interesses da sociedade. As “solicitações” de limpeza da rua, de retirar o incômodo, está a frente de qualquer ação que vise fazer o que se acredita ser o melhor para o(a) menino(a). Atropelamos os encaminhamentos para dar satisfação ao

solicitante. Para mim isso tem sido o pior deste trabalho nesses quatro anos. Outra diferença, que se assemelha muito com a segunda fase do Projeto de abordagem comunitária é que: como os acompanhamentos são feitos pela equipe da região, não conseguimos ter o todo da história para poder planejar nossa intervenção na abordagem. As informações demoram muito para chegar e as vezes não vem. Planejamos baseados apenas no que os(as) meninos(as) nos falam e bem sabemos que eles(as) levam muito tempo para falar a verdade ou coisas que sejam relevantes para o entendimento do situação. É como abordar no escuro ou como se toda a abordagem fosse a primeira. A abordagem se torna vazia e sem proposição. Não culpamos ninguém a não ser a metodologia do projeto. Sou da opinião que “o que os olhos não veem o coração não sente”. Além disso a demanda de todos é tão grande que se não nos deparamos com as situações no nosso cotidiano simplesmente não a priorizamos. Para mim é angustiante ver os(as) menino(os) chegarem ao centro e irem criando raízes sem saber ao certo quais ações estão sendo pensadas para eles(as) e não consigo entender com que base alguns núcleos, sem ter aproximação dos meninos(as) que estão em moradia no centro, planejam suas intervenções. Muitos simplesmente fazem encaminhamentos sem conhecer ou discutir o caso conosco, que estamos mais próximos deles. Outro situação que me incomoda muito é a falta de consideração conosco, pois abordamos por um longo período os(as) meninos(as) e quando finalmente retornam para a região ao para outro espaço de proteção, não temos nenhum retorno de como isso se deu. Às vezes circulamos um bom tempo à procura de um(a) menino(a) que não encontramos mais e de repente recebemos uma ligação dizendo que ele(a) retornou para a rua e solicitando que avisemos se o(a) encontrarmos. Somos educadores e como tal queremos acompanhar o processo, nos preocupamos com os(as) meninos(as), queremos saber sim como estão e onde estão, se não fosse assim seríamos apenas tarefeiros que abordam, encaminham e os outros que se danem. Na verdade sinto-me mau quando tenho que ficar ligando para avisar que encontro os(as) meninos(as), pois fica uma sensação de que estou cobrando alguma coisa. Bom, na minha opinião, os núcleos que abordam deveriam fazer todo o acompanhamento, como eu já disse ter uma visão do todo é essencial para o sucesso de nossa intervenção.

Em fim essa é minha História. São as minhas verdades, crenças e concepções, não são eternas porque podem mudar com o tempo e com as novas aprendizagens, mas até lá é isso que penso e acredito. Sou grata a todos que cruzaram por esse meu caminho até aqui porque, de uma forma ou de outra, aprendi muito com todos. Meu agradecimento mais especial é dedicado a duas pessoas que admiro muito, que embora muito diferentes um do outro são extremamente competentes no que fazem e são exemplos pra mim. Agradeço a Miriam Lemos, que me contaminou com sua dedicação e comprometimento com os(as) Meninos(as) de Rua, me fazendo seguir por esse caminho, e também ao Everton Silveira, talvez ele não saiba, mas após minha saída do abrigo foi ele quem me ajudou a juntar os caquinhos, me fez acreditar de novo. Agradeço a ti Elis, que me fez olhar bem dentro de mim. Obrigado!

Relato educador João:

O que há de educativo?

Na minha visão todo o nosso agir da para ser educativo, claro quando se tem sempre *presente o objetivo de nosso trabalho e o público com quem trabalhamos que merece um tratamento e cuidado especial*. Exemplo, quando abordamos uma criança ou adolescente o primeiro que fazemos é *despojarmos de preconceito*; compreender de porque é que esse SER tomou a decisão de morar ou trabalhar na rua, quais os motivos. Ele tem uma *historia, um origem que muitas vezes é cheia de violências*. Tentamos *junto a ele ver uma melhor alternativa* em pro da qualidade de vida. É educativo quando abordamos uma C/A em situação de trabalho infantil e buscamos junto a ele e sua família ou responsável (quando é possível) alternativas para sair dessa condição; por que *é educativo fazer pensar e que sejam eles os que tomem a decisão, consciente*. De estar junto a eles. É educativo quando fazemos um acompanhamento a uma criança, adolescente ou familiar a algum serviço da rede, *mostramos o cominho*, que é um direito deles e não um favor, *deixando sempre em liberdade*, buscamos sempre que eles se *empoderem* e usufruam de seu direito. É educativo quando se faz uma visita domiciliar e desde a entrada se pede licença, quando se constrói com eles melhores condições.

O que reconheço como não educativo?

Não é educativo quando agimos com *preconceitos* respeito a nossos acompanhados: por ser pobre, negro, morador de rua, carroceiro/a, drogado/a, traficante, olheiro, avionsinho etc. É uma pessoa, um SER, que tem potencialidades. Temos que acreditar neles. Não é educativo quando chegamos a uma criança, adolescente ou família com um *receituário pronto*. Não é educativo quando *impomos* de cima para baixo.

Em que situações percebo o empoderamento dos sujeitos que acompanho:

Quero responder a esta pergunta com uma oração que me faz estremecer por ser parte de mi ser, de mim espiritualidade, sobretudo de mi prática, de meu agir:

Oração/poesia.

Empoderamento no acompanhamento

Sujeito em movimento

Seu próprio reconhecimento

Interação e mutuo crescimento.

Cuidando o SER

Muitas vezes fragilizado

Tanto não recebidos

Nos serviços quando acessados.

Acompanhante e acompanhado

Em plena discussão (para empoderar o acompanhado)

Dando espaço e poder

Na toma de decisão.

Jagiro.

Relato de Maria Lucia de Andrade Reis – Professora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, diretora da EMEF Porto Alegre, gestão 2001/2004, que respondeu também pela coordenação do serviço de Educação de Rua em Porto Alegre no período de 1993 a 1998.

Bom, sobre o breve histórico da ESR em Porto Alegre, vou tentar fazer um breve histórico, como você pede.

Em 1993, quando o Tarso Genro assumiu a PMPA, na segunda gestão da Administração Popular (AP), o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), entregou ao então prefeito um documento contendo uma análise da situação da infância e juventude na cidade e propondo algumas ações, incluindo a situação de rua.

Junto a esse movimento, a imprensa local (mais precisamente a ZH), publica uma série de reportagens sobre os “tartarugas ninjas”. Além disso, os recém empossados Conselheiros Tutelares fazem coro às denúncias publicadas na imprensa, sobre a condição de vida dessas crianças e adolescentes. Numa tentativa de responder a essa mobilização midiática e social, o governo da AP anuncia o Projeto Jovem Cidadão, contemplando ações na área da educação, saúde e assistência social, voltada a esse público (crianças e adolescentes em situação de rua): escola aberta do centro, “reordenamento” do Abrigo Municipal Ingá Brita, atendimento à drogadição (que na época não aconteceu), Projeto Girassol para todos os centros de comunidade (origem do atual SASE- serviço de atendimento Sócioeducativo) e o início dos convênios com as creches comunitárias.

A Educação Social de Rua surge como uma ação intersetorial (educação, saúde, assistência social, esporte e cultura), inicialmente para construção de um diagnóstico sobre a situação de rua nas áreas centrais da cidade, com uma metodologia própria, ancorada na Educação Popular de Freire, dando início ao processo de elaboração da proposta pedagógica da escola aberta do centro (atual EPA). Nesse processo, a equipe contava com profissionais da assistência social (coordenação da equipe, psicóloga e assistente social), 14 professores da SMED (futuros professores da escola aberta do centro), profissional da SME (esporte). Até 1997, essa era a composição da equipe.

Nessa época, avaliamos que a participação da saúde seria na retaguarda e não nas abordagens de rua. Mas, a partir de 1997, a equipe passou a ter a composição da saúde nas abordagens, com a participação de profissionais que atuavam na Casa Harmonia, equipamento da saúde específico para atender a demanda de saúde desse público (na época).

No período de 1993 a 1998 (período que respondi pela coordenação desse serviço), além de realizar o diagnóstico proposto inicialmente, conseguimos construir e consolidar uma metodologia de trabalho que hoje dá sustentação ao trabalho realizado pelo Ação Rua da PMPA.

ANEXO B:

Segue abaixo, um pouco de minha conversa com Caio – Educador social de rua desde 2008, já atuou como Redutor de danos e também é estudante do curso de Serviço Social.

Caio inicia contando que no trabalho em equipe se pensa muito juntos, ou seja, o trabalho é coletivo, sendo assim, esse coletivo (equipe na qual faz parte) entende que é imprescindível sempre estimular a autonomia dos sujeitos acompanhados pela equipe, porém reconhece que este processo é um tanto demorado, levando em conta que cada um tem o seu próprio tempo, e muitas vezes, as nossas crianças, adolescentes ou familiares não estão prontos para assumir essa autonomia.

Conversamos sobre o quanto um sujeito que vive em situação de rua, mesmo sendo criança é autônomo (a), pois sobrevive com pouquíssimos recursos, por isso nos referimos anteriormente como sendo “essa” autonomia, isto é, aquela prevista como objetivo do Programa, a busca e garantia dos direitos.

Caio comenta que já foi muito criticado por educadores de abrigos, que diziam: “faz todas as vontades dos guris”. E segue questionando: “Mas porquê não fazer, se faz parte dos direitos dos guris? Se eles querem e não tem nada de errado? Enquanto educadores nosso papel não é impor nada, nós nos colocamos à disposição para ajudar a criança ou adolescente no que for legal para ele. Tem muito de a gente ir junto sim com o guri, com o guri e com a sua mãe”.

O educador dá o exemplo de uma outra ação, onde fica claro o ato educativo e não o simplesmente abarcar com o desejo do sujeito: “Quando um adolescente decide parar com a droga, nos pede ajudar para tratamento, internação... sempre buscamos uma reflexão junto com ele: porque está querendo, explicar que internação é por um tempo e que depende muito da vontade em si, de também acreditar em si. Não somente os locais de internação para dependência química, mas também nos casos de necessidade de acolhimento institucional, as únicas alternativas que dispomos é encaminhar para espaços geralmente nada educativos. Muitos abrigos acolhem muito bem aqueles considerados “bonzinhos” enquanto rechaçam aqueles considerados “ruins”.”

Durante a trajetória na educação de rua, Caio fala que nós educadores também aprendemos muito com os guris: a malandragem da rua é um exemplo, e acredita ser importante compartilhar com os meninos que eles também nos ensinam. É uma relação horizontal condizente com a linha da educação popular. O que não condiz com a lógica de ajudar, de dar a faca e o queijo na mão, mas ressalta que o sujeito precisa aprender a cortar, senão pode cortar a si próprio. E nós educadores estamos justamente para mostrar, construir junto, formas de operar esses instrumentos: faca, queijo, autonomia...

Perguntei a Caio se os momentos de abordagens e acompanhamentos não são muito pontuais para a construção de algo junto, o mesmo trouxe que freqüentemente realizam outras atividades com pequenos grupos de crianças e/ou adolescentes: brincadeiras, vídeos, conversas. Embora a equipe técnica já tenha questionado o objetivo dessas atividades, acredita que dessa forma se garante um grande objetivo: a vinculação, a relação de confiança e esses objetivos são muito educativos. Acrescenta que muitas vezes não se questiona a educação formal, onde muitas vezes o ensino escolar acaba sendo voltado apenas para a disputa no mercado de trabalho.

O trabalho da educação de rua, aos poucos, consegue exercer o seu papel. O educador refere já ter percebido os sujeitos educandos indo em busca dos atendimentos a que tem direito, mas lembra que quando a família está junto, a chance de os encaminhamentos, acompanhamentos darem certo é muito maior. Houve a situação de um jovem adulto que procurou a equipe para dar notícias e durante a conversa, trazia as conversas de tempos atrás como tendo sido importantes para a mudança em sua vida. Trouxe coisas de abordagens de 2, 3 anos atrás. Na época, o jovem ainda adolescente, parecia alheio às conversas, parecia não ter crítica alguma, mas no fundo estava escutando atento. Costumava se pendurar em caminhões de lixo e era chamado na rua de “louquinho”. Depois de jovem adulto, quando procurou a equipe, contou que havia largado a vida do crime e que estava trabalhando como gari, no caminhão do lixo.

Outro fato que reconhece como um retorno positivo do trabalho de educação de rua são as ligações de meninos em situação de rua já conhecidos, que entram em contato pedindo abordagem para parceiros que estão numa situação de muito risco,

necessitando de atendimento. Também quando evadem de algum espaço, onde uma das primeiras coisas que fazem é ligar avisando a equipe sobre a fuga.

Segue abaixo, um pouco de minha conversa com **Éder – Educador social de rua desde 2007**, militante do Movimento Humanista Marcha Mundial pela Paz e pela Não-Violência.

Éder conta que o período mais rico do trabalho da equipe em que faz parte, na sua visão, foi de 2007 a 2009 onde o trabalho focava mais os aspectos educativos, pois estava vinculado à uma Instituição de Educação Popular. Neste período, além das ações previstas pelo Programa Ação Rua, realizava-se também ações estratégicas na comunidade no campo da Educação Popular: oficinas em escolas, oficinas de verão, capoeira, mobilização para a comunidade ter participação efetiva nas conferências... tudo com o apoio desta instituição que tinha como objetivo o desenvolvimento local da comunidade.

O que aconteceu foi que de 2009 para cá, não mais se priorizou as ações comunitárias. Como por exemplo, as formações já realizadas dentro de escolas para pensar a relação entre Educação e Assistência, os fluxos de apoio com a equipe da educação de rua. Os encontros tiveram quase 100% das escolas presentes. Para o momento dessas formações eram pensados o como fazer a acolhida, a sensibilização, enfim a metodologia para provocar o debate. A intenção sempre foi a de dar continuidade, como uma formação continuada, porém com o aumento do número de sujeitos acompanhados pela equipe, fez crescer também o número de acompanhamentos e conseqüentemente em função do tempo, cai o número de abordagens. O educador sofrendo a pressão por ter que dar conta das duas ações exigidas pelo Programa, que pouco ou quase nada prevê ações de prevenção à rua, acaba muitas vezes se vendo como um educador-operador. Falta tempo para pensar/planejar as ações de formação, ou ainda de prevenção à situação de rua como as que foram citadas acima, já que estas acabaram sendo todas, por iniciativa dos educadores da equipe.

O educador considera as reuniões com outros serviços que atendem a comunidade e com a própria comunidade, como sendo educativos. Momento, portanto, de também intervir, se for necessário. Fazer as críticas que cabem, críticas positivas que vem no sentido de construir um olhar crítico sobre o que está posto. Exemplo: embora seu posicionamento seja a favor da comunidade, é importante também perceber quando há equívocos cometidos por parte da comunidade. Numa das reuniões, enquanto uma moradora que criticava muito um profissional do posto de saúde que a atende e que estava presente na reunião de rede local, devido às más condições e péssimo atendimento à comunidade por parte dos posto de saúde, foi necessário uma intervenção trazendo a percepção de que os profissionais que ali estão participando, estão de certa forma também se expondo e a comunidade tem que ter o cuidado ao fazer a crítica. As críticas devem chegar até a pessoa responsável pelo posto que contribui para desencadear o mau-atendimento. E de que forma então a comunidade pode se organizar para isto? Nessa relação de críticas também a quem é da comunidade, muitas vezes acaba fortalecendo o vínculo, ao mesmo tempo em que o vínculo, possibilita o ato educativo da crítica.

Uma das iniciativas da rede local foi a preparação de seminário, através da reflexão entre os serviços sobre onde cada um deles falha. Daí surgiu a idéia de se fazer um seminário para pensar essas questões. O que está acontecendo com a nossa juventude e com os serviços que os atendem. Qual o olhar da comunidade sobre a infância e juventude local. Houve oficinas preparatórias para que cada segmento pensasse essas questões anteriormente ao seminário: SASE's, escolas, pescadores... Nesse seminário, não foram convidados teóricos/autoridades para serem ouvidos, mas esses vieram para ouvir a comunidade (as sistematizações vindas das oficinas preparatórias), o que levou alguns adolescentes a participar da Conferência da Criança e do Adolescente que aconteceu no mesmo ano.

Éder diz que nos acompanhamentos sistemáticos vê um exercício educativo. Exemplo, num acompanhamento à FASE, onde há grande resistência, pois é resistência ao sofrimento de ficar preso, fala-se da existência dos direitos humanos, como estar atento para que sejam cumpridos, da atuação dos Conselhos Tutelares, dos fluxos dos serviços, como acontecem? Conhecer o centro da cidade que muitos não

conhecem ou não conseguem se locomover nele. Tudo isso pode ser educativo. Mas chama a atenção de que é preciso que pensemos também outras formas de acompanhamento que não somente acompanhar pela mão. Se estivermos atentos, todos os atos podem ser educativos na busca por autonomia, poder de escolha, insubmissão.

Sobre o empoderamento dos sujeitos:

Acredita que o caráter educativo do nosso trabalho é provocar nas pessoas, a percepção de que elas tem escolhas, elas podem buscar essas escolhas. Mas até que ponto se reflete sobre o quanto estamos contribuindo para que pensem e tomem escolhas? O empoderamento não vem de ações pontuais. É difícil classificar, só o sujeito educando pode falar do quanto se sente empoderado ou não.

Sobre a temática do meu trabalho, Éder contribui em minhas reflexões lembrando que a lógica da sociedade é compartimentar as coisas, por isso a educação estar separada da assistência, falta diálogo! A escola não tem muitas vezes tempo para estar das discussões que diz respeito à própria Educação, quanto mais da Assistência. É importante provocar na Assistência esse diálogo, já que a mesma vem nesse movimento de se reafirmar não como assistencialista, mas como uma Política que trabalha na perspectiva da garantia dos direitos.

A política da Educação não está reconhecendo alguns trabalhos educativos que estão sendo gestados pela assistência porquê? Que interesses estariam por trás?

O educador social ainda não tem categoria reconhecida. Não tem código de ética. Não nos organizamos ainda. Há diferenças salariais sob a argumentação da falta de formação acadêmica. Há que se pensar inclusive sobre condições de trabalho para possibilitar a formação continuada destes profissionais, o investimento numa formação acadêmica também. Os pré-requisitos que nos são colocados para ser contratado como educador social é ter experiência na área da infância e juventude. Muitas vezes o educador não-formal, tem a linguagem das comunidades, consegue entrar e se vincular a comunidade mais facilmente.

Segue abaixo, um pouco de minha conversa com Rita – Educadora social de rua desde 2007, estudante de Ciências Sociais.

Para Rita, todo acompanhamento é educativo, assim como também as abordagens, pois ambos proporcionam que educador e sujeito numa conversa busquem planos de vida, reflitam sobre perspectivas de futuro. Nesses momentos o educador pode trazer um leque de opções, que muitas vezes o educando nunca havia pensado, não tinha se imaginado em tal situação antes. Por exemplo: o educador pode imaginar com o educando, a partir da oferta de um curso de padaria, como ele pode gerar renda a partir do seu trabalho como padeiro. Pode vender de casa em casa, pode trabalhar em padaria ou pode também vir a ser dono de uma padaria.

As ações de acompanhamento até os locais onde se confecciona documentos, até serviços de saúde ou assistência são também formas de se trabalhar o acesso aos direitos, cidadania.

Mesmo assim, essas construções não são processos fáceis, pois as ações ainda são muito pontuais. É o momento da abordagem ou o trajeto de um acompanhamento. A educadora também acredita que nossas ações são muito subjetivas. Talvez não vamos conseguir enxergar, mas certamente no interior dos sujeitos, uma conversa muda concepções. Assim como quando há alguma mudança, não podemos atribuir somente ao nosso trabalho, pois a vivência deste sujeito não aconteceu conosco isolado de todos os outros espaços, outras pessoas com quem conviveu e convive.

Outro aspecto educativo do trabalho realizado pela equipe do Programa Ação Rua, é a relação com outros serviços. Onde se troca com outros profissionais, diferentes formas de ver, de abordar determinadas situações, pensar alternativas juntos, através da nossa metodologia. Fazer essas trocas com serviços de saúde, escolas, por exemplo. *“Sabemos que, muitas vezes, as crianças e adolescentes com os quais trabalhamos evadem da escola formal. Qual será o obstáculo? Onde ele está?”*

Sobre o que não reconhece como educativo, Rita ficou um tempo pensando, demonstrando dificuldade em identificar ações próprias do seu trabalho que não sejam educativas e trouxe aquelas situações mais específicas como quando a criança e/ou o

adolescente está muito decidido a continuar na situação de trabalho infantil e acaba não se abrindo muito para o diálogo. Mas retoma dizendo que talvez não seja ainda o caso de classificar como não educativo, porém é muito mais difícil uma intervenção, uma construção.

Até mesmo um processo de abrigagem foi para Rita uma experiência educativa, pois foi um tempo em que se conseguiu trabalhar com a mãe as suas questões de saúde, de cuidado com os filhos... o que resultou a recuperação dessa mãe. Passou a se cuidar mais, cuidar dos filhos novamente. Claro que pode ter sido sucesso de nosso trabalho, mas é também sucesso dessa mãe, pois talvez outra pessoa no lugar dela não teria a mesma forma de lidar com a situação.

As reuniões de equipe e os estudos de caso também representam para a educadora, momentos altamente construtivos em equipe, a partir do posicionamento de cada profissional, análise crítica das políticas, dos casos e suas relações.

As atividades feitas diretamente com grupos de crianças, adolescentes ou seus familiares (grupos de convivência) fortalecem o vínculo de confiança com os sujeitos acompanhados e também na comunidade.

ANEXO C:

A comunidade que compõem o território Humaitá-Navegantes

Para levar em conta as especificidades de cada comunidade, não falaremos aqui de apenas uma, mas de uma comunidade formada por muitas e de que forma estamos tentando pensar e agir com toda essa heterogeneidade.

As comunidades dos diversos bairros que compõe nosso território se diferem uns dos outros em diversos aspectos: densidade populacional, infraestrutura, distribuição de renda.

Devido à situação espacial e cultural local de ser a entrada da cidade e pelo número de indústrias e comércios, há o fluxo intenso de pessoas não moradoras, ou seja, pessoas que não participam efetivamente da vida comunitária e não se envolvem com as questões sócio-culturais. Como já escrito no nosso diagnóstico escrito na metade de 2009:

Na maioria dos casos, esta relação com o território acaba favorecendo algumas práticas que fomentam as vulnerabilidades sociais, contribuindo para o trabalho infantil, a exploração sexual e o tráfico de drogas. (p.48)

Grande parte desta comunidade vive e sofre outro fato comum, as políticas públicas que não dão conta da grande demanda do território. Devido a esse desequilíbrio muitas famílias dessas diversas comunidades têm ligação com os serviços sociais, nosso público alvo, por esse motivo é que essa parcela estará mais presente neste texto.

Também através do diagnóstico realizado, vimos que essas diversas comunidades, vivenciam forte mobilização local de luta pela moradia, tem significativa participação no Orçamento Participativo, o trabalho com material reciclável, ou seja, um cotidiano comum entre elas, e comum a tantas outras da cidade de Porto Alegre, que poderia ser um impulsionador para a união diante das lutas por melhorias.

Consideramos esse ponto como uma característica muito relevante da região, o que desperta um questionamento sobre qual o melhor caminho para uma articulação mais efetiva. É possível uma unificação do território (no sentido de fortalecer a luta)? Ou o movimento deve partir das singularidades? Quais os objetivos das

diferentes comunidades? Há pontos significativos em comum? Qual a viabilidade da união desses objetivos para a promoção de ações que visam às conquistas?

Ao longo deste nosso primeiro semestre de atuação direta nas comunidades fomos percebendo que falta a unidade dessas comunidades, assim como também, falta a unidade dos serviços, que por sua vez ocasiona dificuldades para alcançar os objetivos esperados com as famílias atendidas.

Está aí o enorme desafio para o Programa Ação Rua Humaitá/Navegantes (ARHUNA): trabalhar para que essas diversas comunidades tenham espaço para conversar com os diversos serviços, bem como comunidades e serviços entre si. Sobre a preocupação de dialogar ouvindo a todos para que se tenha qualidade e avanços nos processos sociais.

Enfatizando que a relação entre profissional, família atendida e realidade é indispensável para que se consiga construir uma intervenção em conjunto com o sujeito que está em situação de vulnerabilidade, que ele seja protagonista também no próprio processo.

Nessa perspectiva, iniciamos uma ação com o comércio local, lideranças e serviços (Reunião com os mercadinhos), onde buscamos refletir juntos (serviços e parte da comunidade) sobre as crianças em situação de mendicância pertencentes a comunidade, que expressa grande anseio diante desta situação.

Se fizeram presentes em nossas reuniões: representantes do comércio local, todos do bairro Humaitá que nos solicitam abordagens constantemente às crianças que ficam em mendicância na frente dos estabelecimentos; administração do Parque Mascarenhas, ARHUNA, coordenação do Programa Ação Rua (FASC), coordenação do Fé e Alegria, Programa Integrado de Entrada da Cidade (PIEC) e da Associação do bairro.

Nesses encontros, apresentamos a equipe, o programa; os objetivos e ações; visualização do território (região, bairros, comunidades... com fotos e mapas) e explicação do diagnóstico feito pela equipe.

No desenrolar da conversa falamos um pouco sobre o funcionamento de programas (PETI, NASF...), atuação do módulo; também sobre a abordagem (trabalho de formiguinha, conscientização).

Essa articulação tem sido bem importante para percebermos como essas pessoas vêem a comunidade em que vivem. Trouxeram como pauta a preocupação com a situação de exploração sexual muito forte no território, a partir disso, já existe o Conselho Comunitário de Segurança do bairro, que vem trabalhando para levar esse problema para o Fórum da Segurança Comunitária, além de a própria associação conversar diretamente com as meninas em exploração.

A comunidade trouxe também a importância de haver a conscientização da cidade para que se acabe com a esmola. A necessidade de a mídia colaborar, divulgando que “a esmola escraviza as crianças e os adolescentes”, pois observam que, muitas vezes, o que leva as pessoas a dar esmolas é o sentimento de culpa. Portanto, acreditam que provocar a reflexão de que a esmola destrói o ser humano deve brotar nos espaços de construção coletiva como, por exemplo, essa reunião na padaria ou durante as missas na igreja.

Os participantes também falaram sobre os limites que observam no território como: muitas crianças na reciclagem e falta de atividades esportivas e culturais para as mesmas; desemprego muito grande; pouco trabalho educativo e pouca escolarização; drogadição presente entre crianças, adolescentes e famílias; fregueses que ficam brabos com tentativa de conscientização para não dar esmola.

Também expressaram alguns potenciais observados como a fibra das crianças, embora elas apresentem um “olhar duro”, as obras no Parque Mascarenhas que poderá constituir um novo espaço com novas atividades e se pôs aberto a parcerias e oferecer ações de cidadania à comunidade: carteira de identidade, corte de cabelo, atendimento jurídico... e tem grande interesse em estimular a comunidade a utilizar esse espaço, não os deixando livre para ocupações inadequadas; A reciclagem de lixo é uma boa forma de essas pessoas terem uma renda e de fazerem o que sabem e o que está ao seu alcance; a possibilidade de reabilitar antigas escolinhas esportivas (futebol, basquete...); a disposição dos comerciantes para patrocinar uniforme ou material para que um professor ou uma entidade faça atividades esportivas com crianças; a possível organização de uma central de doações, onde as doações possam ser dirigidas a entidades que distribuam de forma organizada, garantindo assim, que não se crie uma

dependência. Para isso é fundamental um trabalho de reflexão/conscientização tanto com os doadores como com as pessoas que irão organizar esse material.

Além de limites e potencialidades referidos acima, foi comentado sobre a demanda muito grande, como inserir essas crianças em algum espaço, se os pais também não estão inseridos? Falou-se da necessidade de melhorar as condições de trabalho dos recicladores, pensando na pouca escolarização, já que é uma boa forma de essas pessoas terem uma renda e de fazerem o que sabem e o que está ao seu alcance; a necessidade de se apropriar da questão do planejamento familiar; falou-se da criança na escola, em atendimento, que a educação pode fazer com que os estudantes rompam com a reprodução do sistema em que vivem em alguns aspectos, como a questão do assistencialismo, podendo construir dessa forma, um olhar diferente do dos pais.

Os participantes expressaram gostar da iniciativa de buscar construir com a comunidade um apontamento para a solução ao invés de trazer uma alternativa pronta e, nesses encontros a comunidade têm-se mostrado muito a disposição para pensar, construir e trabalhar com os serviços numa proposta de melhoria da vida das suas crianças e adolescentes.

Chamou-nos a atenção o modo como se colocaram principalmente os comerciantes, pois pensávamos que a idéia que tinham era apenas a de “higienização da frente de seus estabelecimentos”, mas para nossa boa surpresa demonstraram real preocupação com a vida e futuro dessas crianças e adolescentes.

Outro espaço para essa integração entre comunidade e serviços, são as reuniões de Rede Local de Proteção à Criança e ao Adolescente, em que o ARHUNA se inseriu com o objetivo de fortalecer essa rede já existente, porém frágil diante das demandas do território. Diante desta nossa preocupação, estamos buscando a participação de mais atores sociais que se encontram no momento, de fora desse diálogo como por exemplo: Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação e outros serviços sociais que existem no território. Também questionar a não participação das várias lideranças que atuam em suas comunidades, pois julgamos ser imprescindível a participação desses atores para refletir juntos sobre interesses de cada comunidade e interesses coletivos, ou seja,

comum a todas e, é uma grande oportunidade para reivindicar e pensar ações coletivas que garantam o direito das crianças e adolescentes de se desenvolverem sem terem seus direitos violados dentro da família e da própria comunidade onde vive.

Esses primeiros meses de trabalho nos possibilitaram reconhecer as comunidades do território Humaitá/Navegantes como não soltas num espaço e num tempo, mas como comunidades que sabem bem o que querem e não estão paradas esperando, mas sim, estão a procura de caminhos para solucionar seus maiores problemas. Essas comunidades estão nos estendendo as mãos, convidando-nos para juntos articular, chamar as demais secretarias e pôr em prática todas essas ações, efetivando um trabalho em rede com os serviços que atuam junto a elas.

Assim, nosso trabalho não é outro senão o de colaborar para esse desenvolvimento comunitário, através do reconhecimento das suas potencialidades, muitas vezes não reconhecidas, como ponto de partida para seu fortalecimento e desenvolvimento sempre de forma ativa e participativa. Indo de encontro às práticas que partem das necessidades, dos problemas das comunidades, e que acabam contribuindo para o reforço do sentimento de incapacidade de decidir suas próprias vidas.

ANEXO D:**A Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente**

Durante nossa caminhada enquanto experiência de trabalho, fomos compreendendo a importância e a necessidade de participação nos diversos grupos, fóruns temáticos, conselhos, redes que dialogam sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Essa articulação tem nos auxiliado na compreensão das questões vivenciadas pela comunidade na qual estamos inseridos, bem como facilitado a conversa entre serviços/comunidade.

Com o objetivo não somente de construir maior articulação entre os serviços, mas de instigar o protagonismo da comunidade na busca pelos seus direitos, em especial, das crianças e dos adolescentes da região Humaitá/Navegantes, os encontros da Rede Local Ampliada articula e integra cada vez mais a comunidade com o conjunto de organizações governamentais e não governamentais que trabalham direta e/ou indiretamente com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

Esses encontros são momentos de discussão coletiva, que partem sempre das demandas apresentadas neste espaço, pela rede ali representada. Foram diversas ações e temáticas levantadas nos últimos meses em que esse coletivo procurou potencializar o papel desta “rede”. Foi desde o resgate histórico da organização das redes de proteção na cidade; planejamento conjunto sobre o que abordar nos encontros seguintes, acolhendo as expectativas e sugestões dos membros; organização de grupos de trabalho para levantamento de dados sobre os serviços da região (saúde, educação, assistência); ampla discussão sobre as questões da violência e segurança (junto ao Fórum de Justiça e Segurança), da exploração sexual (com a colaboração do Comitê Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual/CMDCA); passando por esclarecimentos sobre o Orçamento Participativo; qualidade do ar na região; discussão e mobilização sobre os serviços de saúde.

Consideramos positivo para o fortalecimento deste grupo a elaboração do Regimento Interno, a constituição de uma comissão para organização desta rede, pois é a partir desta comissão que se tenta agregar cada vez mais os atores sociais que talvez ainda não percebam a sua participação como fundamental para o trabalho em

rede e também socializa o trabalho que vem sendo feito e, nele o Programa Ação Rua Humaitá/Navegantes tem atuado com grande empenho, representando essa rede local também na Central das Redes, espaço junto à Governança Local que propõe potencializar as 14 Redes de Atendimento a Criança e ao Adolescente da cidade de Porto Alegre acolhendo as demandas existentes nessas 14 redes e sugerindo, informando possíveis caminhos para o atendimento das demandas.

A Rede Humaitá/Navegantes apesar de algumas conquistas, ainda possui desafios que são urgentes e necessários. Além de dar segmento aos encaminhamentos propostos e estimular permanentemente a participação dos serviços e principalmente da comunidade, que ainda é minoria neste espaço. Comunidade esta que é usuária dos serviços, mas muito mais do que usuários, sujeitos da própria história, com carências e desejos sim, necessitando de ajuda sim, mas também de liberdade, de espaço para expor essas carências e desejos, ao mesmo tempo em que passem a assumir o seu papel de intervir nas questões comunitárias da qual fazem parte.

Mas o que tem de inovadora a perspectiva das redes? A metáfora “rede” acreditamos, que se dá na perspectiva de busca de uma maior horizontalidade entre diferentes elementos e de uma compreensão sobre a importância de integração daquilo que está disjunto, porém com objetivos comuns. (Morin, 2000, Apud. Lemos).

Segundo Aldaíza Sposati¹⁵, durante sua explanação no 1º Encontro Municipal das Redes de Atendimento à Criança e ao Adolescente¹⁶, a rede não é tu ou

¹⁵ Pesquisadora da área da Assistência Social, professora titular da PUCSP, coordenadora do Nepsas – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUCSP, coordenadora do Cedest – Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais – PUCSP/Inpe.

¹⁶ Encontro realizado pela PMPA com o objetivo de discutir e avaliar o sistema de atendimento das crianças em situação de rua, que contou com a participação de profissionais da área da infância e adolescência, especificamente representantes das Redes de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Capital.

ele, mas sim, nós. Um nós que suporte as diferenças existentes. Um nós unido, mas também uma unidade que dê força com o cuidado de não anular o diferente.

Embora tenhamos ECA, LDB, SUAS... e tantas outras leis e políticas, precisamos traduzi-las para o concreto. O trabalho em rede é uma forma de fazer isso.

Nesse sentido, reconstituir a Rede Técnica Especializada e rearticular com a Rede Ampliada é também um de nossos maiores objetivos, pois a rede técnica não está existindo na nossa região, ou seja, alguns serviços talvez ainda não tenham o entendimento suficiente para fazê-la acontecer de fato, ocasionando que cada serviço, acabe fazendo o que está a seu alcance, inclusive o nosso núcleo Ação Rua.

Conforme Lemos (2002),

“Seria preciso pensar que educar o menino e a menina de rua é preciso educar a rua, o centro, o bairro, ou melhor, educar a cidade. Não no sentido de catequização ou domesticação, mas entendendo educação enquanto abertura ao diálogo e à construção coletiva.” (p.140)

Então enquanto Ação Rua, um serviço que se propõem a trabalhar com educação de rua, entendemos que é nosso papel participar ativamente desse movimento.

LEMOS, Miriam P. **Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ANEXO E:**Diário 01**

Cheguei as 8hs como de costume, alguns colegas preparam o café enquanto fizemos algumas combinações: quem irá representar a equipe na reunião de Regionalização da Família no dia seguinte, qual dupla irá para campo, quem irá acompanhar uma usuária que tem dificuldades de visão na Unidade Básica de Saúde para consulta e quem ficará responsável por fazer a listagem mensal de famílias atendidas (Listagem que deve ser entregue para a FASC até o dia 15 de cada mês).

Vou para o computador enviar por e-mail, a programação da I Conferência de Convivência Familiar e Comunitária para Crianças e Adolescentes para todos os serviços da região a pedido da Comissão Central de Redes de Atendimento com objetivo de reunir serviços ligados a CVA, lideranças comunitárias e também usuários para pensar o Plano Municipal.

Depois disso, conversei com um colega que neste dia fará dupla comigo para ir a campo, realizar observações sistemáticas pelo território, principalmente nos pontos já identificados pela equipe que apresentam situações de vulnerabilidade como: trabalho infanto-juvenil, exploração sexual, mendicância...

Nos dirigimos então ao Parque Mascarenhas no bairro Humaitá, caminhamos por todo o parque e encontramos algumas crianças acompanhadas por adultos na praça, um grupo de adolescentes jogando capoeira e alguns adultos passando por ali. Nada que nos chamasse a atenção, exceto o fato das crianças que moram naquelas comunidades mais desprovidas de políticas públicas, público com o qual trabalhamos diretamente, não frequentarem o parque mesmo morando bem próximo.

Caminhamos por algumas ruas, avenidas e como de costume, muitos catadores de material reciclável puxando seus carrinhos, mas nenhuma criança.

Entramos nas ruas da comunidade Liberdade e aparentemente estava tudo tranquilo. O dia quente e ensolarado chamava as crianças para brincar. Nos aproximamos de cinco meninos que no meio da rua brincam construindo pipas com restos de plásticos e galhos, com os pés descalços no esgoto que escorre a céu aberto. Brincam enquanto aguardam o caminhão de bananas passar para conseguir algumas.

Fomos bem recepcionados. Nos apresentamos e conversa vai conversa vem, aprendemos até algumas técnicas para construir pipas. Adultos passam e observam nosso movimento e proximidade com aqueles meninos de 7, 8, 10 e 11 anos. Alguns estavam no turno inverso ao da escola e dois desses relataram que a escola liberou os educandos mais cedo neste dia. Sobre o motivo da aula reduzida, não souberam nos dizer.

Retornamos para a sede e fomos preencher nossas planilhas de trabalho (Planilha de abordados do mês, dos lugares que observamos, de acompanhamentos, de encaminhamentos, de reuniões, etc que nos dá dados para construir o relatório mensal quantitativo, entregues também a FASC mensalmente) e também atualizar nossos prontuários onde colocamos todas as informações sobre cada criança e adolescente, importantes nos momentos de estudo de casos.(abertos para cada criança que conhecemos e atualizado a cada novo contato com a criança e adolescente e/ou familiares). Isso leva tempo!

Quase meio dia e nos dirigimos para o SASE (Serviço de Apoio Sócio Educativo) onde almoçamos com nossos colegas também educadores do local e também onde encontramos as crianças que lá freqüentam, muitas delas que conhecemos em nossas andanças do dia a dia e que encaminhamos para este espaço de SASE.

A tarde no momento em que conversávamos rapidamente sobre o que tínhamos na nossa agenda para a tarde, recebemos um telefonema da diretora de uma escola estadual do território nos solicitando uma abordagem para um menino que tem comparecido nos últimos três dias na escola. “Entra e fica no pátio perambulando” nos conta a diretora. “Fica brincando com um aluno ou outro, na hora do recreio, pede o que comer e diz para todos que se aproximam que aquela escola é dele, embora não esteja matriculado”. A diretora estava preocupada, pois, havia conversado com alguns alunos que se diziam amigos desse menino e os mesmos contaram que na hora de saída da escola, ao final da tarde, o menino ficava na rua, e a noite estava dormindo em um latão de lixo próximo a uma reciclagem na mesma comunidade onde moram esses alunos. Também contaram que outros garotos gostam de fazer intrigas colocando esse menino, de apenas sete anos, como pivô e por isso acaba apanhando de meninos bem maiores do que ele.

Registramos a solicitação e dois colegas se dirigiram para a escola. Chegando lá, logo perceberam quem era o menino. Se destacava das outras crianças (que estavam em período de Educação Física no pátio) pela sua roupa maltrapilha e machucados pelo corpo. Ao se aproximarem, a surpresa: o menino já é conhecido por nossa equipe, que há algum tempo está na tentativa de acompanhar a família. Conversam com o menino e o mesmo, falando quase nada e olhando o tempo todo para o chão, diz estar estudando naquela escola. Perguntam pela mãe, ele responde que não sabe.

Esses colegas me ligam perguntando sobre o local onde atualmente mora a mãe. Como uma senhora havia contado para qual comunidade a mãe e alguns filhos teriam se mudado, fui com outro colega educador procurar a mãe e comunicar sobre a situação do filho que estava em situação de rua há alguns dias, conforme relato dos outros meninos da escola. Nos dirigimos então à Vila enquanto nossos colegas acompanhavam o menino na escola. Como não sabíamos exatamente qual era a casa, só tínhamos o nome de uma senhora com a qual essa mãe estaria morando, caminhamos por todos os becos perguntando pelo nome dessa senhora e também pelo nome da mãe, sempre explicando que já a conhecíamos há algum tempo e queríamos visitá-la para saber como está a família, alguns moradores nos escutavam com certo ar de desconfiança, outros não, mas nenhum disse conhecer essa mãe (talvez por fazer apenas duas semanas que por ali estava morando). No final de tudo, não encontramos a mãe e também não sabíamos o que fazer com aquela criança em situação de risco.

A equipe que estava no território (quatro educadores (as), assistente social e coordenadora) se reuniu em nossa sede para discutir qual seria o próximo passo. Pensamos que diante de toda a situação, teríamos que comunicar o Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar nos disse que não poderia nos atender naquele momento, pois um conselheiro teria ido prestar outro atendimento com o carro e quando voltasse iriam até a escola. Pediram para que fôssemos ficar conversando com o menino até que chegassem.

Nesta tarde, nossa agenda ficou em torno desse caso, pois precisávamos fazer com que essa criança não passasse mais uma noite na rua com todos os possíveis riscos que estava correndo além, dos que já sabíamos.

Voltamos para escola, mas o menino começou a “fugir” da gente, não queria mais conversa. Tentávamos falar que era muito pequeno para dormir na rua e por isso teria que ir para um lugar seguro, onde pudesse comer e dormir tranqüilo e que depois sim, junto à sua mãe, efetivaria a sua matrícula naquela escola assim como seus amigos.

Conversamos com a diretora que não sabia o que fazer além de comunicar a nós e ao Conselho Tutelar. Nisso se aproximavam outras mulheres, que já estavam na escola devido ao final da tarde, quase hora de todos irem embora. Algumas faziam comentários do tipo: “Se pudesse o levaria para casa”. “A mãe dele não está nem aí”. “Parece um cachorrinho largado”. E o menino, próximo dessas falas, escutava constrangido todos esses comentários e outros, que não consegui escutar claramente.

De volta ao pátio da escola, já na hora do sinal de término das aulas, nos aproximamos do menino para que o mesmo não fugisse. Aproximaram-se outros meninos e começaram a puxá-lo com medo de que levássemos embora. É bastante comum as crianças confundirem o Ação Rua com o Conselho Tutelar e se distanciarem rapidamente antes de conhecerem como é o nosso trabalho.

Os meninos diziam que estava na hora de ele voltar para a vila. Perguntamos a eles onde ele ficaria, eles responderam que na casa deles. Perguntamos pela mãe do menino e eles responderam que ela havia sumido, que estava na pedra, mas que não sabiam onde ela estava. Então explicamos que estávamos tentando encontrá-la e que não iríamos levar a força, como estavam pensando. Esses meninos não foram embora até que soubessem o que aconteceria, demonstravam preocupação com o amigo.

Voltamos a ligar para o Conselho Tutelar que nos disse que continuavam sem carro e não tinham o que fazer.

Uma colega lembrou de uma senhora de bastante idade, mãe de mais três meninos, sendo um deles portador de deficiência, com o qual o menino estava acompanhado numa das vezes que o encontramos na rua e esta, disse que estava cuidando do menino até que a mãe viesse buscá-lo e nos deixou seu número de telefone.

Ligamos para ela e esta nos disse que o menino havia fugido há quatro dias e que já havia comunicado o Conselho Tutelar. Ela se dispôs a ir até a escola convidar o

menino para ficar em sua casa até que resolvêssemos a situação. Em vinte minutos lá estava a senhora e um de seus filhos, o menino aceitou com certa tranqüilidade ir na companhia dessa família.

Combinamos com esta senhora de mantê-la informada dos próximos encaminhamentos e conversamos com o menino sobre o perigo que estava correndo ao fugir da casa dela.

Neste dia senti-me tão impotente ao ver aquele ser humano de apenas sete anos em completa situação de abandono. E, enquanto educadora de um programa que existe para proteger justamente crianças que estão nesta situação, percebi que nesses momentos não depende de apenas um serviço, mas que a rede de serviços trabalhem coletivamente para amenizar a situação. Fui para casa com sensação de estar sendo negligente, e ao mesmo tempo de mãos atadas diante do acontecido, pois se não fosse o carinho e boa vontade de uma pessoa da comunidade, que não é familiar, nem faz parte de um serviço que objetiva proteger essa criança ela continuaria na rua, comendo o que lhe dão, dormindo num latão de lixo na rua e procurando naquela escola, um lugar que se sinta acolhido, onde possa estar perto de outras crianças e sentir o gosto do direito de brincar.

Diário 02

“Criança não trabalha, criança dá trabalho...” (Palavra Cantada).

Infelizmente na realidade da maioria das crianças que encontro no dia-a-dia do meu trabalho, não é como canta a música.

Numa tarde de sol, enquanto eu caminhava pela Vila Farrapos, encontrei um menino ao lado de fora de uma escola estadual, olhando para o interior do pátio. Aproximo-me cumprimentando-o e este prontamente abre um sorriso e também me cumprimenta. Então nos apresentamos, perguntei o que fazia ali e iniciou-se um longo diálogo.

O menino, de apenas oito anos, contou-me que estuda nesta escola no turno da manhã, que cursa a terceira série e que a tarde, quando não está trabalhando, gosta de ir até a escola para observar o horário do recreio.

Relatou que trabalha como “doméstico”, que faz faxina na casa de algumas pessoas, até mesmo vizinhos e que cobra cinco reais por cada peça da casa que limpa e vinte reais por carro que lava. Disse que faz de tudo: arruma quartos, lava louça, roupas, varre chão, tira pó...

Com o dinheiro de seu trabalho, compra alimentos para sua família, uma família de doze pessoas e, segundo o menino, apesar de ser o mais novo é o que mais trabalha, pois “alguns trabalham com construção, outros em outra coisa, mas eu faço faxina, faço capoeira quando dá e ainda por cima sei fazer exercícios de circo” e mostrou-me algumas piruetas que faz com o corpo que aprendeu numa oficina circense que aconteceu há algum tempo em uma instituição próxima a sua comunidade.

Perguntei se o trabalho não atrapalha as outras atividades que gosta de fazer, como estudar, por exemplo. O menino muito articulado ao se comunicar, disse que gosta de estudar, mas que também gosta de trabalhar, que com o seu dinheiro compra parte da comida porque o dinheiro de seus pais não dá pra comprar tudo, “às vezes é para comprar as coisas da geladeira. Se tem comida e a geladeira ta cheia, então eu faço uma faxina, dou o dinheiro pra minha mãe, por exemplo 30 reais e digo para ela comprar material e roupas para mim. Se temos toda a comida e eu não to precisando de nada, daí digo para ela comprar coisas para ela e meus irmãos”.

Sobre como as pessoas o procuram quando precisam de seu trabalho, disse que aqueles que já o conhecem vão falando para outros e assim ele consegue as casas para trabalhar.

Diário 03

Indo para o trabalho pela manhã, encontrei um dos meninos acompanhados por nosso núcleo no centro. O menino de 13 anos estava em situação de rua há alguns dias, não comparecendo em casa, nem na escola, nem no SASE. Aproximei-me, cumprimentei e o convidei para subir no ônibus comigo. O menino inicialmente queria continuar no local, mas consegui convencê-lo a voltar não para casa, mas para passar a manhã no SASE (projeto que funciona junto a nossa sede e que esse menino está matriculado há 3 meses). Ele estava com aparência de total negligência: sujo, machucado, “cara de quem não dormiu”.

Na conversa, pouco contou a verdade, pois insistia em dizer que havia dormido na casa de um tia e que foi pro centro logo após acordar.

Logo tive que sair para uma reunião da comissão de rede local, comissão na qual faço parte para planejar e realizar alguns encaminhamentos, neste dia, combinar a festa das crianças e a pauta da próxima reunião com a rede (instituições locais e comunidade). Quando retornei, quase meio dia, o menino continuava na nossa sala, já que a coordenadora pedagógica do SASE decidiu que deixaria que o mesmo retornasse a frequentar o projeto somente com a condição de que sua mãe comparecesse para conversar. Nossa equipe havia preparado um café e algumas atividades com jogos para o menino enquanto conversavam com ele sem muitas perguntas, já que acreditávamos que perguntas talvez só afastasse o menino de nós. Enquanto ele continuava com uma colega educadora, eu e a assistente social da equipe fomos atrás da mãe na reciclagem onde nos informou que estava trabalhando. A idéia era buscá-la na saída para o almoço, pois a mesma já havia nos informado o horário.

Na reciclagem não a encontramos, então fomos até a sua casa, ao lado da BR, bem abaixo, um local totalmente de risco. Lá encontramos a mãe, a filha adolescente que não está mais freqüentando a escola para cuidar dos 2 irmãos pequenos enquanto a mãe trabalhava. Nesta família, há mais dois meninos que fogem devido a violência que a família sofre do pai alcolista, ficando em situação de rua.

A mãe nos conta que não deu certo seu trabalho na reciclagem e que está agora coletando material com uma amiga, amiga esta que empresta a casa para a família morar, mas que na verdade explora todas as crianças no trabalho infantil.

Contamos a essa mãe que seu filho havia sido encontrado na rua, que naquele momento estava no SASE e que ela precisaria ir vê-lo e conversar na instituição para que o menino possa continuar participando no projeto. No meio de nossa conversa, a mãe nos conta que seu irmão, que ela não o vê há mais ou menos 10 anos, por acaso ficou sabendo que ela está morando neste local e esteve procurando por ela, mas não se encontraram e não tem nenhum contato deste irmão, ela apenas lembrava que tem parentes num bairro da zona sul da cidade, onde morou durante parte da infância e adolescência.

A mãe nos acompanhou chateada por não conseguir dar conta da situação que causa a fuga dos filhos, mas nos afirma que está separada do marido e que não quer mais chegar perto dele, que gostaria de ter todos os filhos junto dela.

Chegando no SASE, a mãe foi conversar com o filho e com a coordenadora, enquanto nós da equipe, fizemos uma pequena reunião e concluímos que seria uma alternativa se esse irmão pudesse ajudar essa família, cedendo talvez um espaço para essa mãe se organizar tendo um local próprio para morar e criar seus filhos longe da “amiga” e do marido (agressores das crianças).

Aproveitamos que neste dia estávamos com o carro da FASC disponível e convidamos a mãe para ir até a zona sul procurar por seus familiares. Descendo já no bairro em que possui parentes, a mãe estava muito ansiosa para encontrar as primas que já não vê há anos, mas que conviveu durante muito tempo, após sair do orfanato, como ela refere.

Procuramos batendo de casa em casa, no local onde moravam na época, mas ninguém sabia direito dar informações das primas. Até que mais ou menos depois de duas horas, numa das casas que chamamos, uma senhora deu a notícia de que uma de suas primas havia falecido, mas nos disse também para onde as outras duas primas haviam se mudado. Ela não tinha endereço exato e não era um local muito próximo, não tínhamos mais tempo, pois já era final de tarde e precisávamos voltar. Combinamos

que depois de 20 dias, dia em que temos o carro novamente à nossa disposição, voltaríamos para procurá-las.

Na volta, passamos na escola onde essa mãe havia estudado na adolescência e pedimos para usar o banheiro. No pátio da escola ela comentou com brilho nos olhos: “Eu adorava vir aqui para comer e namorar!” Voltamos sem grandes resultados, mas com a expectativa de na próxima vez poder rever sua família e quem sabe ter o apoio deles para se organizar com os filhos.

Diário 04

Ainda no início da manhã, chega uma colega educadora com um menino de uma família acompanhada por nosso núcleo, onde três de seus irmãos já se encontram em situação de rua moradia por violência doméstica, exploração do trabalho infantil por uma família que “acolhe” seus pais e irmãos.

Esse menino de apenas seis anos, comentou que havia dormido no terminal Ruy Barbosa com seu irmão maior, de 13 anos, este já há alguns meses dormindo na rua, mas ainda freqüentando o SASE. Esse irmão não nos contava que estava dormindo na rua, dizia dormir numa tia, mas já desconfiávamos e abordávamos ele no centro algumas tardes, em mendicância nos arredores do terminal do ônibus. A ação que nos veio à cabeça foi acompanhar o pequeno de volta até a casa de sua família, este foi nos contando aonde havia dormido, quem estava junto, falava em um tal de “bafo”, gíria utilizada para expressar mendigos adultos.

Chegando em frente à sua casa o menino se travou e dizia que não iria entrar. É como se ele só tivesse percebido para onde estava indo quando chegou na frente do beco onde mora. Estava com muito medo de apanhar. Conta que a mulher (dona da casa) e seu genro batem nele e nos irmãos, então demos meia volta e fomos para o SASE onde estava o irmão, ficamos com ele até o horário do almoço, quando almoçou junto ao seu irmão. Conversando com o menino, levantei um pouco sua camiseta e havia marcas nas costas. Não eram recentes, mas marcas de apanhar, ele prontamente baixava a camiseta.

Acionamos também o CT que após o almoço buscou os dois com o objetivo de abrigá-los assim que possível, pois já havia inclusive processo para isso. O CT ainda resgatou mais um irmão que também estava em situação de rua, mas que estava perambulando por uma comunidade bem próxima e em situação de trabalho infantil (catação) e levou-os para um Serviço de Apoio Sócio-Educativo.

Chegou a noite e o CT ainda não havia conseguido vagas em um serviço da cidade que acolhe crianças e adolescentes em situação de rua e como o outro dia seria sexta-feira, planejavam deixar os meninos aos cuidados dos pais novamente. Diante de todo o risco, medo e sofrimento sob qual vivem esses meninos de 13, 8 e 6 anos de idade, mais um irmão de 10 anos (também em situação de rua há quase 1 ano) e duas

irmãos de 15 e 5 anos de idade, não conseguíamos conceber a idéia de esses três meninos ao espaço da casa, até porque logo fugiriam outra vez. Isso para nós era muito óbvio.

As meninas são as únicas que não fogem. Não por estarem menos vulneráveis, mas porque essas, ao invés de serem forçadas ao trabalho na catação por exemplo, sofrem outros tipos de violência, trabalho doméstico, violência simbólica muito forte, difícil muitas vezes até de identificar concretamente, de mensurar... mas que certamente é tão ou mais degradante quanto à violação de direitos sofrida pelos irmãos do sexo masculino.

Então decidimos em equipe que tentaríamos levá-los diretamente ao JIJ (Juizado da Infância e Juventude) para explicar a situação e abrigá-los, pois já sendo sexta-feira, sábado e domingo vários serviços não funcionam, o que levaria os três a ficarem pelo centro mais uma vez. A assistente social de nossa equipe ligou para o JIJ, se informou onde e a quem tínhamos que nos dirigir. Fomos eu e outra educadora, que temos maior vínculo com os meninos, buscamos os mesmos no SASE onde estavam e fomos até o JIJ, chegando lá, fiquei aguardando com os guris enquanto a colega foi conversar com a pessoa indicada. A mesma disse que não tinha como abrigá-los nos orientando a levá-los de volta. Questionamos então o local para onde levaríamos. Para o centro? E largá-los assim, três meninos para passarem o final de semana nas ruas e terminais do centro de Porto Alegre?

A moça nos disse que a orientação que nos foi passada era o ideal, mas não o real. Mas no final das contas conseguimos convencê-la e logo ela entrou em contato com um serviço de acolhimento e nos autorizou a levá-los até o abrigo.

É curioso como, após conseguir abrigá-los, ficamos mais tranquilas. Abrigar uma criança ou adolescente nunca é nosso objetivo, é sempre o último recurso utilizado por nós, pois sabemos o quanto superlotada são essa instituição que acolhe, violando muitas vezes os direitos da criança e do adolescente. Mas neste caso, de total negligência por parte da família, os próprios meninos se mostravam aliviados por não precisarem passar mais uma noite sem poder pregar o olho por medo, como nos contou o menino maior.

Diante dessa situação em que não é a mãe que maltrata diretamente os filhos e, segundo ela, não agüenta mais ver seus filhos serem humilhados ao mesmo tempo em que não concorda em sair desta casa e ir junto com os filhos para uma casa que acolhe vítimas de violência doméstica. Penso que deve-se trabalhar algumas questões com essa mãe. Mas quais?

Diário 05

Pela primeira vez, participei de uma das reuniões da GRAMPAL (Fórum Metropolitano de discussão sobre crianças em situação de rua), era um encontro para a organização de um seminário deste fórum, junto ao CEPETI (Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) que tinha dentre outros objetivos, apresentar experiências de ações realizadas em Porto Alegre e região Metropolitana na denúncia e combate ao Trabalho Infantil. Neste encontro, a idéia foi assistir a apresentação já feita por este fórum para o dia do seminário, para possíveis alterações e finalização da mesma. Neste dia, fui escalada para participar deste fórum somente pelo fato de que a pessoa da equipe que nos representa neste espaço não poderia ir. As agendas da equipe geralmente não dão conta da rotina do trabalho, mais as inúmeras representações nos diversos espaços de discussão, então quando surgem imprevistos, acaba que atrapalhando o que estava anteriormente planejado.

Quando cheguei, já havia algumas pessoas que comentavam sobre a implantação dos CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Havia questionamentos no sentido de que a equipe de abordagem estava maior, porém o que fazer com aquela criança que está em risco quando abordada, se muitas vezes a rede não comporta a demanda? E também porque as abordagens são realizadas somente para quem está na rua se muitas vezes as crianças estão mais vulneráveis dentro da própria comunidade e, por não suportar é que acabam indo morar nas ruas? Porque não abordar na comunidade se lá há pessoas tão ou mais vulneráveis do que na rua? Por acaso o objetivo é a higienização dos centros comerciais e avenidas da cidade?

A pessoa que coordenava a reunião dizia que as discussões para implantação dos CREAS estava um “caldeirão de bruxas” e realmente estava causando grande ansiedade a todos os trabalhadores dos serviços da assistência, pois sociedade civil, conselhos de direitos, entidades conveniadas com a FASC, interesses políticos, enfim, muitos e diversos olhares estavam se encontrando e trabalhando para planejar o funcionamento deste novo fluxo dos serviços da assistência. Em nenhum momento se falou da importância dos usuários se fazerem presentes nessa construção, embora apareçam nos discursos dos trabalhadores (educadores, técnicos, coordenadores

ligados a FASC) como sujeitos que devem ser instigados a serem protagonistas da rede de serviços. Penso que as pessoas em situação de rua são as que geram os movimentos, as ações, que levam os municípios a se organizarem, se articularem, mas esses fluxos tem que partir das massas, dessa massa usuária dos serviços. Para isso eles precisam se organizar! Educação popular urgente! Os modos, alternativas, improvisos que a população usuária da assistência busca para atender suas mais urgentes necessidades vitais, são também modelos de organização popular, segundo Graciani, no texto: Educação Popular como alternativa para os meninos e jovens de rua, página 48. Essa sobrevivência coloca em evidência uma outra urgência não menos necessária: a necessidade deles se organizarem. De uma mobilização para a luta por seus reais interesses.

Como a pauta não era discutir o CREAS neste momento, mas sim, pensar o Seminário, que iria se realizar alguns dias depois, a coordenadora retomou essa pauta perguntando a cada um, se haviam trazido as sugestões dadas na reunião anterior na qual se comprometeram em trazer para socializar. Uma educadora trouxe uma música, um rap: “Eu não pedi pra nascer”, do grupo Fação Central (letra em anexo abaixo) alguns no grupo acharam a letra muito “power”, ou seja, um tanto agressiva, mas que na verdade era um rap que suscitava muitas discussões: a realidade de comunidades como as que atuamos, criminalização da mãe que também necessita de cuidados...

Um outro educador, mostrou uma música gaúcha, e essa parte do grupo que julgou o rap “power”, preferiu essa segunda por ser mais “light”. Logo este educador que levou a letra se dispôs a tocar a música no violão, no seminário e a coordenadora se ofereceu a cantar, pois segundo ela, “Iria ficar lindo!!”

Neste momento, intervi dizendo que votava na primeira letra, dizendo que a mesma merecia, por ter sua origem, por ser escrita e inspirada na “realidade objeto de nosso trabalho” e por provocar muitas discussões, por possibilitar a problematização da letra: relação entre mãe e filho, o papel e a criminalização da mãe, que entendimento o filho teria sobre as atitudes da mesma?

Houve comentários concordando que a letra do rap, realmente retratava bem a realidade da maioria das pessoas que vivem nas comunidades periféricas, mas acabou não sendo decidido a música que iria tocar no seminário, optou-se por entrar em

contato com um outro educador que escreveu um poema sobre crianças em situação de rua.

O auditório que utilizávamos neste momento precisava ser utilizado e então a coordenadora, antes de interromper para continuar em outro dia o planejamento, mostrou um curto vídeo: “Tus manos son para proteger” (You tube).

Anexo:

Eu Nao Pedi Pra Nascer Faccão Central

Minha mão pequena bate no vidro do carro
No braço se destacam as queimaduras de cigarro
A chuva forte ensopa a camisa o short
Qualquer dia a pneumonia me faz tossir até a morte
Uma moeda, um passe me livra do inferno,
Me faz chegar em casa e não apanhar de fio de ferro
O meu playground não tem balança, escorregador
Só mãe vadia perguntando quanto você ganhou
Jogando na cara que tento me abortar
Que tomou umas 5 injeções pra me tirar
Quando eu era nenê tento me vender uma pa de vez
Quase fui criado por um casal inglês
Olho roxo, escoriação, porra, que foi que eu fiz?
Pra em vez de tá brincando tá colecionando cicatriz
Porque não pensou antes de abrir as pernas,
Filho não nasce pra sofrer não pede pra vir pra Terra.

REFRÃO 2X

O seu papel devia ser cuidar de mim, cuidar de mim,
cuidar de mim
Não espancar, torturar, machucar, me bater, eu não
pedi pra nascer

Minha goma é suja, louça sem lavar,
Seringa usada, camisinha em todo lugar
Cabelo despenteado, bafo de aguardente `
É raro quando ela escova os dentes
Várias armas dos outros muquiadas no teto
Na pia mosquitos, baratas, disputam os restos
Cenário ideal pra chocar a UNICEF,
Habitat natural onde os assassinos crescem
Eu não queria Playstation nem bicicleta,
Só ouvir a palavra filho da boca dela
Ouvir o grito da janela A comida tá pronta,
Não ser espancado pra ficar no farol a noite toda
Qualquer um ora pra Deus pra pedir que ele ajude

A ter dinheiro, felicidade, saúde
Eu oro pra pedir coragem e ódio em dobro
Pra amarrar minha mãe na cama por querosene e
meter fogo

Refrão 2x

Outro dia a infância dominou meu coração,
Gastei o dinheiro que eu ganhei com um album do
Timão

Queria ser criança normal que ninguém pune,
Que pula amarelinha, joga bolinha de gude
Cansei de só olhar o parquinho ali perto,
Senti inveja dos moleque fazendo castelo
Foda-se se eu vou morrer por isso,
Obrigado meu Deus por um dia de Sorriso
A noite as costas arderam no coro da cinta,
Tacou minha cabeça no chão
Batia, Batia, me fez engolir figurinha por figurinha
Espetou meu corpo inteiro com uma faca de cozinha
Olhei pro teto e vi as armas num pacote,
Subi na mesa catei logo a Glock
Mãe, devia te matar mas não sou igual você,
Invés de me sujar com seu sangue eu prefiro morrer....

Diário 06

Hoje tivemos na equipe, a presença de três educadores novos, selecionados para trabalhar na abordagem de rua intergeracional junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que atende a população de uma área que abrange o Centro de POA, o Arquipélago e a região Humaitá/Navegantes. Inicialmente, nos apresentamos e conversamos um pouco sobre a rotina de nosso trabalho. Estava sendo uma espécie de formação entre nós, e esses novos educadores, ao mesmo tempo em que estão passando pelos núcleos do Ação Rua para conhecer os territórios, mapeando-os.

Conforme íamos contando sobre como acontece o trabalho no dia-a-dia, surgiam questionamentos sobre o papel de nós educadores neste trabalho. Descobri que muitos desses educadores, assim como eu acreditam que o papel do educador não pode se resumir a acompanhar usuários para lá ou para cá, encaminhar para um serviço ou outro, mas sim que um trabalho de transformação prevê um espaço maior de vínculo e diálogo tanto com as crianças e adultos que trabalhamos diretamente, quanto com as pessoas que nos solicitam abordagens ou que se aproximam para saber sobre nosso trabalho. Lembramos também de algumas iniciativas já existentes na qual é de grande importância nossa aproximação para um trabalho coletivo como, por exemplo, o Boca de Rua, o Recomeçar...

Depois da conversa fomos então conhecer o território, era um dia de muito sol, então fomos passar protetor solar e isso já trouxe outros tantos questionamentos, pois esse novo grupo de 40 educadores em toda a cidade, não recebem da FASC o vale-alimentação nem protetor solar como o pessoal do Programa Ação Rua, apesar de fazermos o mesmo trabalho.

Estávamos entre quatro educadores. Passamos por diversas comunidades até chegar ao leito da Voluntários, seguimos e passamos por outras comunidades, muitas delas ainda com sérios problemas como a falta de sistema de água, esgoto, luz elétrica, nenhum espaço de lazer, tráfico de drogas...

Fomos abordados por uma jovem que não conhecíamos, mas uma amiga, que nos conhecia, nos mostrou e disse que podia falar conosco. Ela queria informações sobre como reconhecer algumas assinaturas, dela e de testemunhas, para poder visitar

o marido em Charqueadas. Conversamos sobre qual o procedimento e aproveitamos para conhecer sua filha de sete anos e falamos sobre a possibilidade de a menina passar a freqüentar o SASE no turno inverso da escola. Combinamos de fazer a matrícula num outro momento. Seguimos a caminhada até próximo a um local onde costumam ficar moradores de rua adultos. Conversamos sobre qual seria o motivo de este local atrair esses adultos. Além de ter algumas árvores numa calçada onde tem também grama, é próximo a movimentação de venda de drogas, conhecida como Cracolândia.

Voltamos para o almoço e a tarde caminhamos por outros pontos do território em que costumamos encontrar crianças, adolescentes e adultos em situação de rua moradia e/ou sobrevivência. Abordamos duas meninas que estão evadidas do SASE há algum tempo e se encontravam neste momento separando material numa reciclagem improvisada, no sol. Nesta comunidade, quase todos os moradores vivem da coleta e reciclagem de material, a quantidade de lixo espalhado por toda a sua extensão é enorme. Está nas portas das casas, na entrada do local, está em tudo! E costumamos ver crianças bem pequenas brincando em montanhas de lixo seco e orgânico: restos de comida, de animais, lixo seco, papel higiênico... já foram encontradas inclusive seringas!! Embora passe uma vez por dia o caminhão da prefeitura e recolha boa parte do lixo (onde se forma um morro), todos os dias avistamos e tantas vezes denunciemos junto à comunidade a mesma cena.

Pegamos a condução e fomos à outra parte do território, no sentido de mostrar onde eles iriam encontrar adultos para abordagem. Passamos pela ponte onde observamos a presença de aparentemente adolescentes e adultos morando embaixo e fomos até uma praça, já que além de ser espaço ocupado por muitos moradores adultos, tínhamos uma solicitação de abordagem, onde nos avisaram que todos os dias entre 16h e 17h parava uma carroça guiada por um adulto no entorno da praça para que três crianças descessem e o adulto esperava ali, até que essas crianças passassem em todo o comércio daquele entorno pedindo esmola, mas neste dia eles não apareceram.

Na praça ficamos observando a movimentação dos adultos: o que faziam, como se aproximavam um dos outros. Ouve um desentendimento entre dois homens e uma

mulher num certo momento. Como era a reação das outras pessoas que freqüentam a praça, mas que não fazem dela moradia e vimos algumas senhoras que levam comida à eles.

Este dia foi bem prazeroso ter a presença desses novos colegas, foi um momento de se conhecer, trocar experiências, desabafos, pensar propostas de ação, talvez o início de uma rede de educadores que discutem a importância de se organizar enquanto categoria de trabalho.

Diário 07

Hoje foi um dia que conseguimos dar conta da agenda proposta por nós para esse dia. No início da manhã eu e uma das técnicas conseguimos articular e marcar uma reunião com a Pastoral da Criança, o comércio local, uma das Associações de Moradores e uma liderança de uma das comunidade onde atuamos para dar continuidade ao nosso projeto (o texto: A comunidade que compõem o território Humaitá-Navegantes - Relatório qualitativo - Jan/2010 explica do que se trata este projeto). A idéia é, enfim começar a divulgar e fazer funcionar as propostas que já vem sendo elaboradas por esse grupo há mais de um ano. No meio dessa organização, aproveitamos para discutir um caso de uma família com grave situação de moradia e saúde, a situação é que surgiu a oportunidade de enfim conseguir uma casa na qual essa família já estava inscrita há tempos, porém terão de voltar à cidade de onde saíram por motivos de violência doméstica. E talvez não fosse esse o desejo dessa mãe de família, mesmo vivendo em condições precaríssimas de saúde e moradia. Combinamos com quem iria acompanhar e fazer a visita domiciliar junto com o pessoal do Demhab que era importante ouvir muito mais do que falar. De primeiro instigar e ver o que ela pensa, deseja e depois apresentar a proposta, pois a decisão de onde morar é difícil e só ela poderia decidir.

Depois fui escrever a minha parte do relatório da equipe (Relatório Qualitativo, escrito semestralmente por cada equipe do Ação Rua e entregue a FASC, onde se aborda a questão da criança e do adolescente, da comunidade, da rede de serviços que atende, das vulnerabilidades... enfim, aspectos que escolhemos no grupo para expor nesse relatório que retratem o nosso trabalho e o território em que atuamos).

Saí para fazer campo já era meio da tarde e então fomos até uma das praças que conhecemos para fazer uma observação, quando recebemos uma solicitação de abordagem feita por uma empresa próximo à Estação Farrapos. Um adolescente de aparentemente 15 anos em situação de rua que estava em mendicância numa empresa próxima. Chegamos, e o adolescente estava junto a um casal (que nos solicitaram a abordagem) vindos dessa empresa junto do adolescente, conversavam com ele tentando convencê-lo a nos aceitar, a aceitar a nossa “ajuda”, que ele precisava sair daquela situação... enfim, e nos deixaram a sós com ele, eu e outra educadora.

Primeiramente ele tentou fugir da gente, se mostrava bastante resistente, mas conseguimos trocar algumas palavras e perceber também algumas coisas, dentre elas o desejo de permanecer na rua, dizendo que gosta. Durante a conversa ele ficou todo o tempo contando moedas, nos falou onde morava antes, onde morava a irmã, que nunca foi a escola, que não usava nada (drogas), contou como se virava na rua, que dormia num canto num posto de gasolina próximo ao aeroporto e que às vezes até trabalhava no posto passando pretinho nos pneus dos carros e tirava um dinheiro, além de pedir. Nos oferecemos para acompanhá-lo até alguns serviços que acolhem crianças e adolescentes em situação de rua, o menino já conhecia e já tinha passado por todos esses serviços e não quis ir a nenhum dos espaços que falamos. Logo o mesmo nos disse que nunca diz o seu nome verdadeiro e que não adiantaria a gente ficar ali com ele, pois ali ele iria continuar. Explicamos que não era bem essa a nossa intenção e sim de acompanhá-lo, caso quisesse. Conseguimos combinar de visitá-lo novamente em outros dias e ele nos disse onde encontrá-lo e que não teria nenhum problema. Nossa intenção, inicialmente é construir um vínculo com o adolescente e depois ver as possibilidades que surgem. Ele levantou do chão e foi se dirigindo à Estação Farrapos e então nos despedimos.

Diário 08

Fomos eu e a assistente social da equipe junto à Nara para buscar seu filho adolescente de 14 anos num serviço de atendimento sócio-educativo (adolescente que está há muitos anos em situação de rua moradia, mas acessa a rede: acolhimento, escola... e é também acompanhado pela nossa equipe) e acompanhá-lo até o Juizado da Infância e Juventude. Todos participamos da audiência do adolescente.

Essa mãe é soro positivo e nunca dá continuidade ao tratamento. Da última vez que retomou, o médico teria implorado para que ela não mais parasse, pois não entendia como ela estaria se mantendo “bem”. Depois disso, Nara continua sem fazer o tratamento porque o medicamento requer refrigeração e a família não possui geladeira. Informamos que ela poderia deixar o medicamento aos cuidados do posto de saúde mais próximo da sua casa e ir tomar todos os dias. Nara disse que já sabia, mas que o pessoal do posto atende super mal os usuários e ela não se vê tendo que ir lá todos os dias pedir.

Durante o caminho, conseguimos conversar sobre a importância de ela tomar o medicamento, que é um direito de todos, inclusive de guardá-los no posto e também que não podemos abrir mão de nossos direitos por causa de mau atendimento. Conversamos sobre a luta que deve ter sido para que os soros positivos tivessem o direito de tomar o coquetel via SUS. Foi uma boa conversa, tendo todo o cuidado de não pregar “sermão”, mas de pensar junto com ela sobre a importância e a situação posta.

Bem, chegando ao JIJ, encontramos Cristofer, outro menino de 13 anos, em situação de rua moradia já abordados por nós duas vezes. Este adolescente estava acompanhado por um educador de uma instituição de acolhimento aguardando também a sua audiência. Aproximamos-nos, Cristofer nos reconheceu, conversamos todos nós e Cristofer nos contou que no dia anterior teria roubado a bateria de um carro acompanhado de um amigo (que foi direto para a FASE) para comprar crack. O menino ainda relatou que usa muitas pedras de crack por dia. Ele fala também do desejo de voltar a morar com a mãe em Alvorada e que o conselheiro de lá, se soubesse da situação viria buscá-lo. Então contatamos o CT de Alvorada.

Era a primeira vez que conseguia conversar com Cristofer, pois até então, quando abordávamos ele sempre estava sob efeito de SPA, conseguia apenas dizer seu nome e ficava pedindo dinheiro o tempo todo. Neste dia, apesar de misturar as falas o tempo todo, contou um pouco sobre onde morava, sobre o que queria, sobre onde costuma ficar, sobre o delito, sobre o vício e sua última internação, quem conhecia, sobre o vínculo com o conselheiro de Alvorada e inclusive nos explicou alguns fluxos enquanto ligávamos para o CT. Colocava o todo momento o medo de ser novamente internado para tratamento de SPA, pois relembra que lá eles “dopam” muito e ele diz não conseguir nem ficar de pé. Cristofer durante a espera, cata latas no lixo da sala de espera e remonta o ritual de amassar, furar a lata... e se mostra bastante apreensivo. Penso que seja abstinência. Também a todo momento tira os chinelos e senta no chão, são tão espontâneas essas ações e demonstram o quanto a rua já está nesse adolescente.

Observei a quantidade de adolescentes naquela sala de espera, eles tinham características parecidas: estavam todos e todas na companhia das mães, me pareceu, e várias choravam quando saíam da audiência, reclamando dos filhos, dizendo que deixaram de ir trabalhar para estar ali. Um semblante endurecido, também nos olhares dos profissionais, mas os adolescentes riam entre eles e debochavam das medidas dizendo que se negariam a cumprir, pois varrer rua eles não queriam. Fiquei me perguntando quão educativo é encaminhar alguém para varrer ruas apenas, mas até então não acreditava que seria só isso.

Estavam achando “um saco” estar ali, mas ao mesmo tempo, faziam comentários a respeito de quem chegava algemado para a audiência. Comentários do tipo: “Chegar assim é que é foda”. Com um sentido de admirar quem está numa situação talvez considerada “pior”, não sei... Tinham curiosidade sobre as armas que o guarda carregava na cintura e perguntavam para que servia isso, ou aquilo. Isso também me chamou a atenção.

Chega a mãe de Cristofer junto com uma conselheira. A mãe não demonstrou espanto diante da situação e conta que da última vez que saiu da clínica e foi pra casa, ela inclusive desconfiou que Cristofer não voltaria para casa, pois tinha R\$2,00 e mais um CD que tentava vender. A mãe conta que o filho já foi internado 5 vezes e que não

consegue dar conta da situação. Também tem outros filhos e outro deles (um menino de 8 anos)vive situação parecida com a de Cristiano.

O adolescente após contar o acontecido do dia anterior, sai da audiência com encaminhamento para o PAM3 avaliar o tipo de internação. O menino teve uma crise de choro, gritava dizendo que não queria ser internado, que queria voltar com a mãe. Foi um momento bem tenso, pois berrava como um bebê e teve de ir à força conversar com a equipe técnica que iria fazer o encaminhamento.

Do lado de fora da sala, eu, minha colega, o educador, a mãe do menino e a conselheira do CT/Alvorada. Parecia cena de filme documentário. Comentamos que havia sido boa a decisão da juíza em encaminhá-lo para tratamento ao invés de proferir a PSC (Prestação de Serviço Comunitário). Então o educador lembrou da grande máfia que tem por trás das clínicas de tratamento e que muitas vezes esses juízes (as) estão ganhando dinheiro para cada encaminhamento que fazem à um serviço que sabemos que não tem resolvido o problema em 20, 30 dias de internação e sob a forma como nos relatou o próprio Cristofer. Simultaneamente a mãe, ao nosso lado, agradece à Deus, pela decisão da juíza em ter dado essa oportunidade novamente ao seu filho.

Ao chegar na nossa sede, comentava com uma colega sobre as medidas sócio-educativas. O que afinal tem de educativo nessas medidas? Ela concorda que é muito educativo sim, acredita que a atividade “varrer rua” não deprecia ninguém e que a aprendizagem está justamente na convivência que o adolescente terá com outras pessoas, com um ambiente de trabalho. Muitas coisas penso que estejam por trás desse objetivo de aprender a conviver num ambiente de trabalho. Mas ainda assim, penso em qual será o aprendizado necessário para esse momento. Que aprendizagens seriam prioridade nesse momento da vida desses meninos? Será que estão sendo, ou já foram ouvidos em algum momento em suas vidas? O que eles valorizam? O que desejam? O que pensam sobre a vida?

Diário 09

Enfim, após tempos na vontade de realizar uma atividade com as crianças de uma das comunidade em que trabalhamos, numa perspectiva de prevenção à situação de rua e integração da gurizada, nesta semana conseguimos pautar e garantir essa atividade na agenda da equipe. O dia foi hoje.

Na parte da manhã foi organizado o tempo que ia ser trabalhado, quais brincadeiras, assim como as sacolinhas de doces para serem utilizadas no encontro com as crianças, encontro esse marcado com as crianças na tarde do dia anterior. Tivemos o cuidado de fazer o convite e a atividade no mesmo turno, porém em dias diferentes, evitando que algumas crianças viessem a faltar aula para participar da nossa atividade.

Nossa intenção foi de esconder cada uma das sacolinhas no parque onde marcamos com as crianças para, ao final do encontro fazer a brincadeira da “caça ao ninho”, onde quem encontra o seu, ajuda o amigo a também encontrar.

Já na tarde saímos depois do almoço e chegamos 15 minutos antes do horário combinado para esconder as sacolinhas de doces e preparar o espaço. Não demorou muito e as crianças e adolescentes começaram a chegar. Ficamos surpresos com a quantidade de crianças que apareceram, no total 20 crianças. E chegaram pontualmente as 13:30h conforme combinamos.

Inicialmente formamos uma roda para nos apresentarmos e depois fomos brincar. Vale ressaltar que uma das meninas que estava com o irmãozinho de 2 anos, no início não quis brincar, ficou embalando o irmão no balanço da praça. Um dos meninos também não se integrou aos jogos, embora houve algumas tentativas, mas logo ficava de cantinho.

A primeira brincadeira foi “ovo podre”, onde todos nos divertimos muito! Posteriormente fomos pular corda, nessa brincadeira as crianças também se integraram; um outro grupo pediu para brincar de jogar capoeira e foram para a grama. Na grama tentamos formar uma roda e fazer os jogos, mas os meninos estavam ansiosos e jogavam vários entre si, virou uma certa confusão, pois alguns acabaram se machucando e então fomos para outra atividade, alguns cantaram músicas de capoeira que conheciam e retornamos para o “pula-corda”.

No final reunimos as crianças e propomos que cada um pegasse uma folha (ou no grande papelão) e lápis colorido para desenhar. Muitos fizeram como desenho uma pistola... já para finalizar comunicamos que tínhamos espalhado uns presentes, que teriam que procurar e quem achasse logo iria ajudar aos colegas a procurar. Havia um presente (sacola com doces) para cada um.

Avaliamos como muito boa a atividade realizada. Reforçando a importância e o compromisso de continuar com o projeto. Pensamos que nas próximas atividades devemos ter sempre o cuidado de incluir todas as crianças nas brincadeiras, insistir na participação das que ficam de canto, ou ao menos, um olhar diferenciado sobre essas na tentativa de compreender a razão, se é timidez ou algo a mais por trás dessa resistência em participar das atividades.

A atividade na praça foi realizada com o objetivo de ser um espaço de brincar, extravasar, se conhecer... um espaço de livre expressão. Neste dia, através do desenho, do diálogo em grupo em que todos vão se conhecendo e aprendendo a respeitar o tempo, o limite, o jeito de ser de cada um no grupo, e também os interesses como, por exemplo, a capoeira, é também possível que se conheçam as histórias de cada um num clima de cooperação e solidariedade, proporcionado pelas brincadeiras coletivas.

Na tentativa de sermos coerentes, não podemos deixar de mencionar também algumas atitudes que devem ser pensadas e também trabalhadas no grupo, pois percebemos que as relações estão carregadas de agressões não somente físicas, mas em gestos e palavras. Não temos a pretensão de mudar a forma como se relacionam, mas de que conheçam e experimentem outras formas de se relacionar, com mais tolerância e cuidado com o outro.

Esses momentos também proporcionam a nós, educadores aprender com as crianças e também entre nós. Refletindo sobre o como se deu o encontro, avaliando o que deu certo ou o que poderia ter sido de outra forma. Essas reflexões só têm gerado entre nós educadores, novas aprendizagens, novas formas de entender as realidades.